



# Anais da Assembleia

Nº 32

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 24.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1991.  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço. Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Durval Amaral, José Tavares e Neivo Beraldin.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei Complementar n. 118/91, de autoria do Deputado Mário Bezerra, cria a região administrativa do médio noroeste.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

#### REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente.

Os Parlamentares abaixo assinados, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM:

1 - Seja acatado pela Mesa Executiva o requerimento do Deputado José Arthur Ritti, datado em 27 de março de 1991 e protocolado sob n. 2.608, no qual o parlamentar invoca o direito de defesa, assegurado constitucionalmente, eis que o mesmo não foi notificado oficialmente para fazê-lo na Comissão de Constituição e Justiça.

2 - Seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de vinte sessões, o Projeto de Resolução n. 16/91, pelos motivos acima expostos.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(aa) Orlando Pessuti, José Afonso Júnior, Hermas Brandão, Luiz Antonio Setti, Durval Amaral e Élio Rusch.

#### REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a realização por iniciativa deste Poder Legislativo, no dia 07 de maio próximo vindouro, de um fórum de debates sobre a gratuidade do ensino de 3º grau nas universidades federais e a questão de verbas para o ensino superior.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que se encontra tramitando no Senado da República, nas Comis-

sões Técnicas, o chamado "projeto" do Presidente Fernando Collor de Mello, dispondo sobre a educação de uma forma geral e propondo, especialmente, o fim do ensino gratuito de 3º grau nas universidades federais, a sociedade tem se mobilizado para não apenas discutir o assunto, mas oferecer enfáticas demonstrações de reprovação à medida. É inegável, entretanto, sua polêmica e caracteriza-se pela divisão de opiniões, o que justifica nossa proposta de discutir a matéria com a participação ampla de representantes do Governo, comunidade acadêmica, professores, estudiosos, políticos e demais interessados.

REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja dada preferência para a realização das sessões solenes às sexta-feiras.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder do PRN

Apoiamento: José Afonso Júnior, Doutor Rosinha, Renato Adur, Duílio Genari, Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Domingos Carvalho, Ernani Pudell, Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati, Élio Rusch, Dobrandino da Silva, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Paulo Maia, João Iensen, Heinz Herwig, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Edson Lino e Albino Corazza.

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a constituição de comissão especial do Poder Legislativo, composta por representantes de todas as bancadas, para acompanhar a alienação da residência oficial do Chefe do Poder Executivo Estadual, autorizada por lei, inclusive, procedendo rigoroso e minucioso levantamento do patrimônio móvel constante dela, conforme relação fornecida pela Casa Civil.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Ernani Pudell - Líder PT  
Valdir Rossoni - Líder PRN  
João Arruda - Líder PFL  
Emília Belinati - Líder PSDB  
Paulo Maia - Líder PSB  
Heinz Herwig - Líder PSDB

JUSTIFICATIVA:

A função fiscalizadora incumbe, de forma latente, ao Poder Legislativo. Por isso só, bastaria o requerimento.

Entretanto, denúncias dão conta de completo abandono do imóvel e dos pertences nele abrigados, de grande valor, inclusive peças de arte. Entende este Parlamentar, que móveis e utensílios devem ser também objeto de leilão público, entretanto, é necessário conhecer o que será leilado, até porque obras de arte não são do interesse do Estado comercializar, bem como outros objetos de valor histórico.

A comissão atuará sem ônus para a Assembléia Legislativa, tendo os poderes e prerrogativas elencados pela Constituição Estadual, inclusive, com ação "in loco".

Ressalte-se, por outro lado, que o requerimento não insinua qualquer responsabilidade pelos fins que tenham sido dados ao patrimônio da residência oficial, "desativada" na administração anterior, ao atual Governo. No entanto, mais uma vez afirmamos, a Assembléia Legislativa autorizou a venda e tem por obrigação acompanhá-la.

Que do presente seja dada ciência ao Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, Mui Digno Governador do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a anexação dos documentos do Projeto de Lei nº 315/90, ora localizados no Setor de Arquivos desta Casa, de acordo com a Resolução nº 159/90, ao Projeto de Lei nº 103/91, protocolado sob nº 2775, o qual encontra-se em seu trâmite normal.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a anexação dos documentos do Projeto de Lei nº 390/90, ora localizados no Setor de Arquivos desta Casa, de acordo com a Resolução nº 159/90, ao Projeto de Lei nº 102/91, protocolado sob nº 2777, o qual se encontra em seu trâmite normal.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a anexação dos documentos do Projeto de Lei nº 327/90, ora localizados no Setor de Arquivos desta Casa, de acordo com a Resolução nº 159/90, ao Projeto de Lei nº 104/91, protocolado sob nº 2776, o qual se encontra

trá em seu trâmite normal.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO TORRELLI PIRIS.

Comunicar à família enlutada, na cidade de Palmeira (sede da Agência do Instituto Brasileiro do Café).

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO N° 690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados votos de congratulações ao Doutor ELON BONIN, pela sua iniciativa de fazer circular três vezes por semana, o jornal "Tribuna de São José dos Pinhais".

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um esforço muito grande dos dirigentes do Jornal, assim como do seu corpo de redação, que tentam acompanhar o desenvolvimento do vizinho município, um dos maiores em extensão territorial do Estado do Paraná, e a sexta arrecadação do Estado.

Esperamos que possa a "Tribuna de São José dos Pinhais", órgão oficial dos municípios de São José dos Pinhais e Agudos do Sul, aprimorar cada vez mais o seu aspecto gráfico e a qualidade de seu texto.

#### REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado votos de congratulações ao Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Secretário de Estado da Segurança Pública, que foi eleito para o cargo de vice-Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública, o que representa o reconhecimento do seu elevado nível cultural e experiência na área.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Moacir Favetti, é um nome hoje, respeitado em todo o País pela sua atuação eficiente, sempre com propostas novas, que tem recebido aproveitamento em âmbito nacional.

Falando sobre a sua grande responsabilidade, ao ser alçado ao elevado cargo,

ele disse que já propôs o Paraná como próximo local do encontro do CONASP, que reunirá os Secretários de Segurança de todo o País.

Um dos objetivos desse importante encontro, será o aprimoramento da troca de informações sobre os delinquentes de um Estado para outro.

#### REQUERIMENTO N° 689

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem-DER, pedindo o atendimento aos moradores do município de Piraquara, particularmente da Vila Santiago, que desejam uma linha de ônibus ligando diretamente aquela Vila até nossa Capital.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Residem mais de 250 famílias na Vila Santiago e próximo do local, há outro conjunto, a Vila Maria, com mais de 400 famílias. Inexiste uma linha de ônibus que contemple estas famílias, que para se locomoverem a Curitiba, têm que andar a pé mais de 3 quilômetros!

Formularam abaixo assinado que anexamos a este requerimento e o pedido merece as atenções do DER, que deve atendê-los de imediato!

Endereço: DER - Avenida Iguaçu, 420

#### REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM que Vossa Excelência haja por bem encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República FERNANDO COLLOR DE MELLO, satisfazendo antiga reivindicação do Estado do Paraná, o nome do Desembargador e Professor CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, expressão da mais alta cultura paranaense e julgados de notável saber jurídico, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga por aposentadoria compulsória do Ministro ALDIR PASSARINHO.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Luiz Antonio Setti, Durval Amaral, Nilton César Servo, João Iensen, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Arlindo Troian, Toti Colaço e José Afonso Júnior.

#### JUSTIFICATIVA:

O Desembargador CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, ao longo de sua carreira de magistrado, desde as entrâncias iniciais até o Tribunal de Justiça, ganhou o respeito da Justiça do Estado do Paraná, pelo seu

saber jurídico e equilíbrio nas decisões jurisdicionais.

A sua cultura, é hoje, motivo de orgulho dos paranaenses, que têm a oportunidade de tê-lo como professor de Ciências Jurídicas.

Por outro lado, já é tempo de o Estado do Paraná ocupar o espaço que faz jus na mais Alta Corte de Justiça de nosso País.

#### REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Assuntos do Meio Ambiente, visando à realização de estudos para a implantação de ensino de educação ambiental nas redes públicas do Estado.

Em que pese a exigüidade de recursos que não conseguiu acompanhar o acelerado processo de degradação ambiental, mesmo assim é possível constatar que nos últimos anos se conseguiu alguns avanços.

A começar pela legislação ambiental do Paraná, inúmeros artigos configuram claramente a proteção aos recursos naturais, ao mesmo tempo que preveem severas punições aos que cometerem infrações. Graças a um projeto pioneiro no Brasil, a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (Decreto n° 5.895/89) representou a busca permanente de se levar a sério a questão dos nossos mananciais, estabelecendo um contato permanente entre a SUREHMA, prefeituras e a comunidade. Rompendo a prática do passado, passou a fazer parte do cotidiano o debate sobre o funcionamento de inúmeras indústrias, que antes não se sentiam ameaçadas por suas práticas de agressão à natureza, nela despejando pesadas cargas de detritos e compostos químicos. A simples intenção de instalar qualquer unidade, não pode mais ocorrer sem o criterioso e detalhado exame técnico, além da decisão por parte da população, que deve ser igualmente consultada.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mesmo sendo fundamental a legislação específica, é preciso que haja um verdadeiro e efetivo trabalho de educação, cuja ação conscientizadora propiciará resultados ainda muito mais significativos, notadamente à medida que atuará preventiva e não só punitivamente. Desta forma, o estudo mais acurado quanto à educação ambiental junto às escolas da rede pública, se faz mister. Desde jovem, a comunidade entenderá a importância da natureza como elemento imprescindível para a vida, protegendo os nossos recursos e promovendo a sua recuperação. Com isso, desde jovem, cada pessoa vai adquirindo uma for-

mação como cidadão que compreenderá realmente o espaço em que vive, estabelecendo a harmoniosa relação entre o homem e a natureza, muitas vezes relegada ante ao desenfreado "progresso", em que a ganância tenta sucumbir qualquer consideração a respeito.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Monteiro Lobato, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

#### REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da

cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Nestor Victor, em Pérola.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 692**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Souza Naves, em Umuarama.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 691**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para Pastoral da Criança, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, se dê ciência a Sra. Presidenta Irmã Maria Lúcia de Ganello, a/c Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a pastoral da Criança - Umuarama, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade, têm desenvolvido em prol dos necessitados.

**REQUERIMENTO N° 694**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Corcovado, em Pérola.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câ-

mara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 709**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, acompanhando correspondência subscrita pelo Senhor Aldemir Modesto de Oliveira, abordando problemas fundiários no município de Santa Cruz do Monte Castelo, ao engenheiro Osmar Fernandes Dias, Excelentíssimo Secretário Estadual da Agricultura.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

A carta em anexo vem noticiar um lamentável fato que está ocorrendo no município supramencionado, onde as pequenas propriedades têm sido, literalmente "engolidas" pela ação dos grandes fazendários, reproduzindo o grave quadro fundiário brasileiro.

Pedem, os senhores lavradores, providências a este Parlamento, porque estão ameaçados de fome, quando grandes propriedades servem exclusivamente à criação de gado.

Ninguém melhor do que o Senhor Secretário conhece esta realidade e pode abalizar as soluções necessárias, para o que nos colocamos à disposição deste Poder Legislativo.

**REQUERIMENTO N° 687**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Desembargador Renato Pedroso, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, objetivando a criação e instalação da Comarca de São João, município do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A finalidade do presente requerimento é solicitar a criação e instalação da Comarca de São João, município do Sudoeste do Paraná.

O município de São João possui viabilidade populacional, econômica, territorial e eleitoral para passar a ser COMARCA. Este pleito que ora encaminhamos constituir-se-á, uma vez atendido, em ato da mais elevada justiça, vez que, não é de hoje que a população de São João clama por providências neste sentido.

Vale salientar que a criação e instalação da Comarca de São João beneficiará não somente este município, como também o município de São Jorge D'Oeste, hoje pertencente a Comarca de Chopinzinho, a qual se encontra com sobrecarga de processos, sem condições de agilizar o acúmulo, bem como beneficiará o futuro município de Doutor Paranhos que se encontra em processo de criação, desmembrado de São Jorge D'Oeste.

Certo de que nosso pedido será acolhido pelos nobres Pares desta Casa de Leis, bem como, dada a sua inegável justiça, pelo colendo Tribunal de Justiça do Paraná, finalizamos na expectativa de vermos São João como Comarca o mais breve possível.

**REQUERIMENTO N° 682-A**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação, para que, determine sejam tomadas as devidas providências para a criação da Comarca do município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

O nosso requerimento é embasado numa antiga reivindicação do povo de Nova Aurora, onde todas as lideranças, associações de classe, clubes de serviços, advogados, empresariado, estão unidos solici-

tando que definitivamente seja criada a COMARCA NO MUNICÍPIO, face o grande volume de demandas e causas judiciais que têm prejudicado a todos os setores pela necessidade de sempre se deslocarem para outra cidade que sedia a COMARCA a qual Nova Aurora pertence.

O município de Nova Aurora tem se destacado na Região Oeste do Paraná, progredindo e muito, tanto no aumento populacional, como a enorme produção agrícola que graças ao trabalho do seu povo tem contribuído na geração de riquezas para o nosso Estado do Paraná.

É uma questão de justiça a criação e instalação imediata da Comarca neste grande município.

#### REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando providências visando concluir as obras do Instituto Médico Legal e de Criminalística de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

(a) DALTON MACHUCA

(a) DOMINGOS CARVALHO

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento precário desses Institutos está provocando descontentamento junto à comunidade pontagrossense e região.

A necessidade do bom funcionamento está sendo impedido pela construção inacabada e as condições de trabalho inviável.

A deterioração da alvenaria executada vem demonstrando desperdício dos recursos públicos, assim é impossível termos um Paraná pujante.

#### REQUERIMENTO N° 710

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviada uma MOÇÃO DE PREOCUPAÇÃO ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil, Conselho Estadual de Segurança Pública e ao Governador do Estado, pelas declarações do Senhor Clóvis Galvão, delegado chefe da 10.<sup>a</sup> Divisão Policial.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"Da forma como a Polícia Militar vem abordando as pessoas, atirando sem conhecer, eu prefiro que os caras fujam" - foi o que declarou, textualmente, no dia 08 de abril próximo passado, violando preceitos

de ordem ética dentro da Polícia, o delegado Clóvis Galvão.

Como a própria Constituição assegura igualdade de ação e responsabilidades entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, os integrantes de uma não podem atacar a outra, sob pena de estar contribuindo para o caos na segurança pública do Estado.

A Polícia não pode ser desmoralizada por ela própria, independente da farda que é usada pelos seus membros.

É a política de segurança pública - prioridade do atual governo - que foi atacada de forma leviana e irresponsável pelo delegado em questão, numa demonstração inequívoca de despreparo e falta de ética.

Assim, confiamos nas providências a serem adotadas pelos responsáveis acionados, a fim de coibir práticas dessa natureza.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o apoio dessa Casa Legislativa, para criação e implantação, pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Comarca de Abatiá-PR, obedecendo-se ao critério da possibilidade.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender beneficiar a população da localidade e municípios circunvizinhos, que encontram dificuldades na obtenção de justiça e na prática dos atos legais exigidos, em virtude da distância da comarca sede hoje existente.

#### REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente, com cópia desta proposição, ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Ensino Superior, fazendo apelo público para que seja mantido diálogo franco e permanente, com transparência dos atos do Governo, no episódio da greve das Universidades Estaduais, e solicitando empenho junto ao Governo Federal e mobilização de todas as lideranças representativas do povo do Paraná em favor da liberação de recursos federais para manutenção do ensino superior no Estado.

Seja dado conhecimento, mediante remessa de cópia desta proposição, aos reitores das Universidades Estaduais do Para-



há, Diretores das Faculdades Estaduais do Paraná, Sindicato dos Professores e funcionários das Universidades Estaduais do Paraná, Diretórios Centrais Estudantis das mesmas instituições e aos Deputados Federais e Senadores do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) ALBINO CORAZZA

**JUSTIFICATIVA:**

A conjugação dos dispositivos do inciso VI do artigo 30 da Constituição Federal com o parágrafo 2º de seu artigo 211, comparando-se com o disposto nos artigos 23, inciso V, e 208, determinam as seguintes conclusões:

- a) ensino pré-escolar e fundamental: competência do município, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;
- b) gratuidade e obrigatoriedade do ensino médio progressiva: competência primeira dos Estados com a participação da União;
- c) garantia de acesso a níveis mais elevados do ensino; competência primeira da União, com a participação dos Estados.

Vários Estados brasileiros dispõem de vasta rede de ensino superior, formada por Universidades Federais, como é o caso do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, onde não existe qualquer Universidade Estadual.

O Paraná sempre se curvou aos apelos federais e assumiu paulatinamente o ensino superior até atingir uma situação praticamente insustentável, o que ocorreu inclusive em épocas que representantes deste Estado detinham poder decisório a nível nacional para implantar as melhorias e as soluções necessárias e não o fizeram.

Fatos assim ocorrem igualmente em outras áreas, como pode ser observado no projeto de construção da FERROESTE, em que o Estado do Paraná se desdobra à procura da sua viabilização enquanto o Governo Federal constrói uma Norte-Sul, ou na agricultura; o Paraná contribui com a maior parcela da produção enquanto o Governo Federal relega a segundo plano o fomento e o incentivo à produção.

O Governador pondera uma preocupação prioritária com o ensino fundamental, ao mesmo tempo em que a FUNDEPAR comunica oficialmente um atraso na remessa da merenda escolar. Tal prioridade é justa, no entanto, não isenta a responsabilidade pelo diálogo diante de um impasse estabelecido ao longo dos anos e que precisa ser sanado definitivamente.

Está viva, ainda, a lembrança da proposta de campanha do atual Governador que manifestava a disposição de defender o Paraná em seus interesses. Ora, a reivindicação dos professores e servidores das Universidades Estaduais, e a manutenção de tais instituições, representam um interesse do Paraná, e por isso merece uma posi-

ção de defesa por parte das autoridades competentes, conjuntamente com as lideranças representativas do povo paranaense.

Um exemplo de conquista do povo paranaense, através da mobilização de suas forças, foi a campanha dos royalties, cujo molde poderia ser seguido para solucionar o problema do nosso ensino superior.

Se o Governo Federal dispõe de recursos para injetar em instituições financeiras de outros Estados, por que não disporia para o ensino superior paranaense?

Diante do exposto, solicitamos parecer favorável do douto Plenário.

**REQUERIMENTO N° 682**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUER, à Mesa, após ouvido o Augusto Plenário, solicitar que sejam enviados com URGÊNCIA Telex ao Ministro da Infra-Estrutura Eduardo Teixeira e ao Secretário Nacional de Transportes José H. D'Amorim de Figueiredo, solicitando que ambos verifiquem as possibilidades da liberação com a maior brevidade possível de recursos financeiros para o 9º Distrito Rodoviário Federal do DNER no Paraná, para a conservação do trecho da BR-277, Curitiba-Paranaguá, que se encontra em péssimo estado e como estamos em plena safra agrícola, esse trecho é o mais usado no transporte de mercadorias para o Porto de Paranaguá.

Requer ainda, que cópias desses Telex sejam remetidas com urgência ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pedindo sua interferência junto aos citados órgãos.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

**REQUERIMENTO N° 686**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com fundamento no art. 131 do Regimento Interno e com base no art. 74, inciso VII da Constituição do Paraná, vem REQUERER a Vossa Excelência seja enviado ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, o seguinte pedido de informação:

1. considerando que o BADEP é instituição financeira pública estadual, constituída sob a forma de sociedade anônima e regulada pela Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas Leis Estaduais n° 5.515, de 15 de dezembro de 1967 e n° 6.636, de 29 de novembro de 1974;

2. considerando que o Tribunal de Contas do Estado, para cumprimento das atribuições estabelecidas na Constituição e Leis do Paraná, exerce auditoria e fiscalização financeira dos órgãos e entidades



da administração direta e indireta, mantidas pelo Poder Público Estadual (Constituição Estadual, art. 75, incisos II e IV), tanto que mantém no referido Banco de Desenvolvimento, uma Inspeção de Controle Externo encarregada de propor "medidas legais cabíveis quando verificarem... irregularidades que resultem em prejuízo para a Fazenda Pública Estadual", (art. 6º do Provimento nº 001/87 do Tribunal de Contas);

3. considerando que por estar o BADEP, sob efeitos de liquidação extrajudicial, tramita nesta Casa de Leis, projeto decorrente de mensagens do Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao art. 7º, da Lei nº 5.515 e art. 4º da Lei nº 4.529, transferindo a Administração e Gerência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de 12 de janeiro de 1962 do BADEP ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Isto posto, se formula abaixo os destaques das informações a serem fornecidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado e objeto do presente requerimento:

1. O Tribunal de Contas mantém até a presente data, Inspeção de Controle Externo no BADEP?

2. Os relatórios mensais resultantes dos trabalhos de inspeção (art. 11 do Provimento nº 001/87), elaborado pela equipe de Inspeção a que está subordinado o BADEP achou regulares todos os atos fiscalizados?

Em caso negativo total ou parcial, se possível discriminando os meses de "per si", como decidiu o Tribunal de Contas a respeito das irregularidades constatadas pela Inspeção?

Anexar os 12 (doze) últimos relatórios enviados pela Inspeção de Controle Externo do BADEP ao Tribunal de Contas.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição nos Anais da Casa, de documento reivindicatório do "Movimento Salve Agricultura", dos agricultores atingidos pela seca no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI e  
OVIDIO CONSTANTINO

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 132/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da Rodovia PR-317, compreendido entre o município de Campo Mourão e a ponte sobre o Rio Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Disse-nos um grande pensador: "...há homens que lutam a vida inteira, e estes são imprescindíveis!" Com a presente medida, pretende-se fazer justa homenagem a uma pessoa dotada de singular bondade para com o próximo: AVELINO PIACENTINI, um homem que lutou a vida inteira...

Nascido a 09 de julho de 1922, filho de Andrea Piacentini e Romilda Bambini Piacentini, o Senhor Avelino Piacentini chegou ao município de Campo Mourão, centro-oeste paranaense, em 12 de janeiro de 1952, época em que a cidade contava com pouco mais de trinta residências. Acreditando no futuro promissor daquele chão, construiu a "Churrascaria Piacentini", inaugurada em 22 de fevereiro do mesmo ano, dando início ao estabelecimento que seria o ponto de encontro dos amigos, das famílias, e uma espécie de "QG" das decisões políticas, em atividade durante toda a existência desse homem.

Uma nação se faz com os exemplos que edificam, se faz com as vidas que constroem. Uma sociedade é alicerçada nos valores que fundamentam a existência nos bons exemplos que permanecem. A vida e a obra de Avelino Piacentini simbolizam esse construir social que consolida e engrandece a existência do homem em sociedade.

Avelino Piacentini foi, sob testemunho, o companheiro de seus companheiros, amigo fiel de quantos precisavam de sua orientação segura, de seus conselhos experientes, de sua palavra motivadora.

O líder nasce no seio da coletividade pelas suas posições de firmeza de caráter, pelos seus atos de prudência, pelas suas ações direcionadas para o progresso e pela sua capacidade de dialogar. Possuidor desses requisitos, Avelino Piacentini foi padrão de homem público nas funções que lhe foram destinadas ao longo do tempo. Particularmente, nunca ingressou na disputa política, mas sempre esteve presente nos embates e lides, quer no âmbito municipal, quer estadual, apoiando firmemente e com convicção as candidaturas de seus escolhidos, tais como foram Ney Braga, Armando Queiroz, José Richa, Norton Macedo, para citar alguns exemplos; homens estes, que faziam da residência de Avelino Piacentini suas estadias nas viagens em campanhas políticas pelo interior do Estado.

Participante ativo do desenvolvimento da cidade, Avelino Piacentini instalou uma madeireira, para extração e comércio de madeira, numa sociedade em participação que perdurou durante cinco anos, fornecendo a matéria-prima para se construir as casas mourãoenses e da região, na época.

As pessoas que com ele conviveram, afirmam com saudade, que Avelino Piacentini era um homem humilde, sério, cumpridor de suas tarefas e que realizava o que lhes pediam e o que ele assumia. Era um homem de coração maior do que ele próprio. Enfim, um homem profundamente humano.

Avelino Piacentini não teve um banco de faculdade, teve uma vida feita com trabalho, com sacrifício, e com muita luta no dia-a-dia. Pioneiro, com uma trajetória de vida marcante, como tantos outros, enfrentou muitas dificuldades. Mas, vida difícil, para quem tem determinação, é desafio. Foi de sua propriedade o primeiro restaurante de Campo Mourão, que agradou de imediato aos moradores da cidade, pelo costumeiro bom atendimento e cardápio à moda italiana.

Também se destacou na comunidade a que pertencia, pelo apoio incondicional que ofereceu ao desporto amador, contribuindo com a formação da primeira equipe de futebol mourãoense, à qual dedicou esforços inigualáveis, tendo sido condecorado por estes atos nobres em relação ao time, que forjara na praça pública de Campo Mourão. Foi mais tarde, técnico e diretor da equipe "União Esporte Clube", time amador do município.

A sua personalidade só se realizava em trabalhos comunitários, e a eles se dedicava como um prolongamento da sua própria maneira de vivenciar a condição humana. Imbuído deste espírito, participou da fundação do primeiro cinema da cidade, e foi ainda delegado de polícia, numa época difícil, em que predominava os conflitos de terras (1958/1960), e o município abrangia uma grande extensão territorial sob sua guarda e proteção. Esses fatos comprovam que era realmente um homem singular e símbolo ideal do trabalho.

Mas sonho de pioneiro e a vontade de concretizá-lo, não se esgotam no serviço, há também a família, um dos marcos da esperança e da generosidade, que no dia 04 de julho de 1988, juntamente com os amigos de Avelino Piacentini, foi privada pelo destino, do seu convívio. Entretanto, "no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um". Faleceu deixando os filhos Namir, Neiva, Nilmar, Nelita, Ney e Nilson, e a esposa Dona Lurdes Maria Piacentini, com quem casou-se em 13 de setembro de 1947, no Distrito de Espumoso, em Soledade-RS; além de um legado de saudade e exemplo de vida.

Pelo que representa na região de Campo Mourão, à qual dedicou todas suas energias, seu nome e exemplo de cidadão presente, não pode ficar esquecido na memória das gerações futuras, devendo ser perpetuado naquilo que simboliza o progresso e o desenvolvimento: uma rodovia.

AVELINO PIACENTINI, exemplo de pai, exemplo de homem, exemplo de estadista. O nosso carinho, o nosso apreço, a nossa amizade, e muito mais do que isso, nosso maior respeito; e nessa proposta de que seja dado o seu nome na rodovia que especifica, o resgate da grandeza e tributo devido a ele.

Jornal "Tribuna do Interior" - 07.04.91

A hombridade dos mourãoenses precisa ser resgatada...

- No caráter dos Irmãos Pereira;
- Na versatilidade do Harrison José Borges;
- Na inteligência do Roberto Brzezinski;
- Na raça de Joaquim e Antônio Teodoro;
- No orgulho de José Pereira Carneiro (Zé Mineiro);
- Nos filhos do Avelino Piacentini;
- Na honestidade do Acir Paraná;
- No pioneirismo de Vassílio Boiko.

Esses homens, (alguns já se foram) e outras grandes famílias de bons princípios, certamente se angustiam e se decepcionam ao ver a nossa cidade que aos poucos vai se evaporando...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha).

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente Algaci Túlio. Já de início, eu requeiro o tempo da Liderança do PT para não ter que perturbar a Mesa, prorrogando o tempo.

Senhores Deputados, a imprensa ultimamente tem divulgado as fraudes da Previdência Social. Para muitos pode parecer uma coisa nova na política brasileira, mas a denúncia da Previdência Social já é antiga.

Em 1960, na Revista Brasiliense n° 30, foi escrito um artigo chamado "Aspecto Financeiro da Previdência Social" por Heitor Ferreira de Lima. Dizia neste artigo: "A Previdência Social é uma das nossas instituições que mais críticas tem recebido do público. Queixam-se dela os seus beneficiários, que são os trabalhadores em geral; estão descontentes com ela os patrões, e os políticos da oposição denunciavam suas mazelas."

Já nesta época, o articulista denunciava que o Governo Federal não pagava a sua parte na Previdência Social. Já denunciava que os patrões sonegavam e o único que sempre pagou foi o trabalhador, por ter já descontado na sua folha de pagamento.

Todos os trabalhadores brasileiros que naquela ocasião tinham os institutos de previdência e aposentadoria por categoria, levaram uma luta para a unificação desta previdência.

A Ditadura Militar de 64, dizendo atender às exigências e reivindicações dos trabalhadores, unificou os institutos, só que nessa ocasião, ao unificar os institutos de previdência, a Ditadura podou a participação dos trabalhadores na administração da previdência.

Com a Lei Elói Chaves, criada em 1923, os trabalhadores e os empresários tinham um assento na Previdência Social nas chamadas "Bolsas de Pensão e Aposentadoria".

A Ditadura de 64 afastou isso. Já na década de 70, os trabalhadores já denunciavam que existiam falcatruas na Previdência Social. Tanto é que na "Folha de São Paulo", de 20.01.81, já existia a manchete: "União deve para a Previdência 106 bilhões de cruzeiros".

Portanto, se a "União deve", é porque a União estava roubando dos trabalhadores, não pagando. Desde a década de 70, a Previdência Social vem tendo dificuldades de caixa, e a maioria das vezes por corrupção, por desvio de verbas e por sonegação por parte dos empresários.

Desde a década de 80, nós, trabalhadores, temos denunciado a corrupção e o desvio de verba da Previdência. Portanto, muito antes de Collor e Magri chegarem ao Governo.

O rombo da Previdência existia antes. Portanto, agora o que faz o Ministro do Trabalho é simplesmente balela para desviar a atenção da péssima administração que Collor está fazendo.

E não só isso: Collor de Mello e Zélia Cardoso de Mello, também têm desviado, e desviaram 557 bilhões da Previdência para pagar o déficit público.

O que eles querem é justamente privatizar a Previdência, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. O que eles querem é colocar na mão do empresariado por dizer que o serviço público é incompetente, mas não fazem cumprir a Constituição onde exige a necessidade de um Conselho.

O sindicalista Rogério Magri que sempre foi um competente sindicalista para traír a classe trabalhadora, sempre foi um competente sindicalista a serviço dos patrões, novamente continua como um Ministro competente ao lado dos patrões e dos em-

presários e um incompetente para com a classe trabalhadora. Incompetência essa desejada pelos nossos governantes e mandatários. O Presidente Collor que nos seus rompantes de machista diz que tem "aquilo roxo", nós perguntamos, só se for roxo de vergonha, por a vergonha começar naquela região do corpo e que tomara ele tenha vergonha na cara, ou só se for roxo pelos seus bajuladores e tensionadores de bolsa escrotal e isso não tem faltado, inclusive com esse grupo chamado "Avante Brasil".

Cobramos não só de Collor, mas do Partido ao qual ele dá sustentação - PRN e PFL e se for para apurar as irregularidades na Previdência, terá que botar muita gente na cadeia e é isso o que nós cobramos. Muitos ex-governantes, porque desde os tempos da Ditadura, de Médici, Costa e Silva e Figueiredo, a Previdência Social vem sendo lesada, vem sendo roubada e por governantes e por empresários inescrupulosos que não pagam a parte que devem.

Os chamados "marajás" que se diz que foram descobertos pela Previdência, só serviu de espetáculo para distrair a população brasileira, do verdadeiro caos em que se encontra o Brasil. Cinquenta e três milhões de pessoas passando fome. Mais da metade da população brasileira não sabe e não tem o hábito de ler, portanto, são analfabetos.

A corrupção tem sido, dentro do governo Collor, denunciada, em todos os campos, pela imprensa no Brasil. Portanto, exigimos que se punam os corruptos, se punam os omissos e o governo Collor é omissos, porque a corrupção já vem sendo denunciada desde a década de 70 e ele não tem moral para dizer que ele não se omitiu na questão da Previdência Social. Punam-se esses responsáveis. Cobramos desta tribuna, que se cumpra a Constituição brasileira e se constitua imediatamente, o Conselho da Previdência, com os representantes da classe trabalhadora, dos aposentados, enfim, e quem realmente paga a Previdência Social.

E o Senhor Ministro Magri e outros incompetentes que renunciem, inclusive Collor, porque para nós da classe trabalhadora, tem demonstrado uma tamanha incompetência para conduzir os destinos do Brasil.

Concedo aparte ao Deputado Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado Rosinha, muito bonito o seu discurso, muito interessante. Agora, o que não podemos concordar, é que o Senhor venha à tribuna desta Casa denunciar que o Partido da Reconstrução Nacional, que o Partido da Frente Liberal sejam culpados por todas as irregularidades que vêm ocasionando. Não é o governo Collor culpado por tudo o que

acontece. Isso já vem de muito tempo. Vem do tempo da ARENA, do PDS, do MDB e hoje se agrava no governo Collor de Mello, mas esse mesmo Presidente da República que está tentando mudar o Brasil, como fez Felipe Gonzales na Espanha e teve as mesmas repercussões que hoje estão tendo no Brasil, é que vem sendo criticado veementemente.

Esse governo tem a coragem de mostrar ao Brasil, o outro lado. O que nós não queremos é o paternalismo como está sendo feito. Ilustre Deputado Rosinha, hoje, a CUT e o PT trabalham a favor do empresário. Nós estamos vendo em São Paulo que o PT diz que os empresários são progressistas agora, que são a ala progressista dos empresários. Ora, não existe ala progressista dos empresários. Ou é ou não é. Ou se interessa pela inflação e pelo domínio do poder ou não se tem esse domínio e o que o PT e a CUT estão fazendo hoje, é favorecer o empresariado nacional, favorecer a FIESP e o Mário Amato e companhia limitada.

O que nós queremos dizer aos Senhores, é o seguinte: nem tudo o que está aí no governo Collor de Mello está errado. Pelo menos esse governo tem a coragem de mostrar ao Brasil, o que os outros não tiveram. Esse governo está tendo a coragem de mostrar a todo o mundo, como deve ser feita uma política. Claro que muitas coisas estão erradas, mas só tentando é que a gente acerta. Olhe Deputado Rosinha, é fácil falar. Cadê o governo paralelo do PT que até hoje não apresentou nada, não apresentou coisa nenhuma e onde o seu líder maior não teve a coragem de disputar uma eleição alegando que não teria condições de fazer nada pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e solicito da Mesa um minuto para concluir. Quando eu disse PRN e PFL, posso ter errado, porque o Collor de Mello veio também da ARENA, do PMDB e do PDS, ou seja, é a mesma elite brasileira massacrando a classe trabalhadora. Portanto, se eu errei, é porque eu limitei num leque muito pequeno, porque o leque é muito maior onde envolve todos os partidos que passaram pelo governo, que protegeram empresariado e a elite brasileira e massacraram a classe trabalhadora. Quanto a dizer que o PT está colocando que existe empresário progressista, digo, raramente existem, mas a maioria nós sabemos de que lado está e sempre estive do lado do governo Collor.

A questão do governo paralelo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, já elaboramos propostas na área da educação e podemos trazer a todos os Deputados se as-

sim o desejarem, já elaboramos uma proposta para a questão do nordeste e hoje estamos elaborando uma proposta de política agrícola que está sendo apresentada em Brasília. E o Lula não foi candidato porque não desejou. Porque dentro do PT nós não somos candidatos para ser carreiristas e ocupar cargos somente por ocupar por questões de personalismo. Somos candidatos quando o partido assim o desejar, e quando sempre respeitando a vontade de cada uma das pessoas e indivíduos que compõem este Partido.

Então, em todo o meu discurso o meu único erro foi dizer que era o PFL, o PRN e o Collor os únicos culpados. O leque é maior. É a elite brasileira, o capitalismo nacional e internacional que nos oprime e nos massacram.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita satisfação que quero fazer um pequeno relato da reunião ocorrida hoje na parte da manhã no pequeno plenário desta Casa, sobre o Bloco Parlamentar Agropecuário com o movimento dos agricultores sobre a seca no Paraná.

Dezessete Senhores Deputados estiveram presentes pessoalmente e através de suas assessorias nesta reunião onde também várias entidades: OCEPAR, FAEP, FETAEP, além de outras participando de uma discussão de um documento apresentado pela Comissão de Agricultores do Movimento "Salve a Agricultura", que se encontra nas galerias desta Casa assistindo a esta reunião.

Os agricultores fizeram uma exposição aos Senhores Parlamentares e às entidades sobre o referido problema, onde se colocou em discussão um documento que está sendo enviado ao Governo do Estado com reivindicações específicas para o Governador do Estado do Paraná, além de documento já encaminhado às autoridades federais quanto a este problema pelo qual passa a agricultura do Paraná.

Com satisfação também registramos, através da participação do Deputado Orlando Pessuti que convocou conosco a Comissão, o Bloco Parlamentar Agropecuário, alguns encaminhamentos dados nesta reunião e que entendemos propício informar a esta Casa de Leis.

Levantou-se o problema grave por que passam os plantadores de trigo e os agricultores em geral no Paraná quanto ao problema do plantio do trigo. Uma conquista relatada na reunião pela Comissão dos Agricultores a respeito de uma resolução

do Banco Central liberando crédito de amparo ao pequeno agricultor para manutenção do mini, pequeno agricultor, inclusive, os não financiados na safra de verão. Conquistas também de um crédito de manutenção que o Movimento vinha reivindicando junto ao Governo Federal de, no máximo, 120 mil cruzeiros por família, com teto de 20 mil cruzeiros por pessoa para salvar o agricultor e ter que se desfazer de seus equipamentos agrícolas para manter a sobrevivência familiar até a próxima safra, além da prorrogação por dois anos com um ano de carência dos financiamentos de custeio da última safra e também dos financiamentos de créditos e investimentos. São conquistas já do movimento e que relatado aos Senhores Deputados e as entidades pelos agricultores nesta manhã no plenarinho desta Casa.

Além disto, já se conseguiram algumas conquistas interessantes a respeito do apoio do Senhor Governador e do Secretário da Agricultura, quanto ao envio e encaminhamento de um documento e que também lhe será levado em mãos pelo Secretário da Agricultura no dia 18 em audiência com o Senhor Ministro da Agricultura. Além de conseguir apoio de todos os Parlamentares e das entidades presentes nesta manhã, quanto as reivindicações ao Governo do Estado sobre o problema referido. Ainda o apoio e compromisso do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Orlando Pessuti, em contribuir para marcar uma audiência no dia de amanhã, com o Governador Requião, através, juntamente com a Comissão dos Agricultores.

São conquistas interessantes, que o movimento que se arrasta pelo Paraná inteiro, vem conseguindo para a Agricultura, os agricultores prejudicados pela seca no Paraná.

Para concluir, quero relatar aos Senhores Deputados e à direção desta Casa, que na Boca Maldita, estará se realizando hoje às 16:00 horas, uma passeata, onde na praça ao lado, os agricultores estão com um acampamento, expondo fotos, expondo amostras de cereais prejudicados pela estiagem, além de amanhã às 17:00 horas, será realizada uma passeata no centro da Cidade, um ato público com encerramento às 16:00 horas, encerrando esta manifestação de dois dias, que os agricultores de várias regiões do Estado, estão chamando a atenção da opinião pública na praça ao lado da Boca Maldita, para o qual convidamos todos os Senhores Parlamentares a se fazerem presentes neste encerramento amanhã às 16:00 horas na Boca Maldita.

E gostaria de requerer à Presidência desta Casa, o registro nos Anais do documento entregue hoje pela manhã ao Bloco Parlamentar Agropecuário e aos Parlemen-

tes lá presentes, a pedido deste Deputado que vos fala e do Deputado Pessuti, que seja transcrito nos Anais desta Casa, esse documento que será encaminhado ao Governador do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa recebe o documento.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Heinz Herwig.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) - Eu consulto Vossa Excelência, é que se no Pequeno Expediente ainda teria lugar para inscrever o Deputado José Afonso no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Eu cedo os meus cinco minutos a Vossa Excelência na sequência.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Como engenheiro, que durante toda a vida profissional percorreu os caminhos deste País, construindo desde modernas rodovias até simples estradas rurais, é que venho a este Plenário expor uma das preocupações que há muito tempo me assalta.

Todos sabemos que a Nação atravessa momentos de angústia, com uma recessão que provoca multidões de desempregados e um enorme número de carências incluindo-se aí os atendimentos sociais mínimos que uma nação deve aos seus filhos como habitação, a saúde, a alimentação, a educação, o saneamento básico, e porque não, a garantia do direito de ir e vir por caminhos seguros.

Faz parte da minha concepção política, onde as garantias democráticas são intocáveis, que só com investimentos no setor produtivo e na área de infra-estrutura viagiados por uma austera política fiscal é que poderemos reverter o atual quadro recessivo, possibilitando um sólido e irreversível avanço social.

Todavia, na atual crise com poucos recursos e tantas obrigações, necessário se faz uma clara definição de prioridades identificando-se aquelas cuja execução propiciem o crescimento ou pelo menos a continuidade da atividade econômica.

Dentro deste quadro quero externar a este Plenário, a preocupação que trago desde quando pude servir ao meu Estado, como seu Secretário de Transportes.

Sempre que se aproxima a época de maior incidência de chuvas, surge o fantasma da interrupção da BR-277, que liga Curitiba ao nosso litoral, Curitiba a Paranaguá.

Imaginem, Senhores Deputados, o Paraná sem o acesso rodoviário ao Porto de Para-

naguá. O reflexo disto seria sentido imediatamente em todo o Estado, pois como a economia depende da exportação de grãos, surgiriam custos adicionais insuportáveis.

Existe uma solução para este problema, uma solução apregoada há muito tempo, que é a construção da BR-101 em território paranaense.

Mesmo sem ser responsabilidade do Estado, determinamos, quando Secretário dos Transportes, a execução do Projeto de Engenharia deste trecho, da Rodovia BR-101, ligando Garuva a Alexandra, na BR-277.

Fizemos depois, inclusive, um projeto alternativo ligando Garuva até Alexandra - Matinhos, barateando ainda mais o seu custo.

Era o início da campanha que pretendia, finalmente, executar a nossa BR-101. Vejam, Senhores Deputados, a BR-101 inicia no Rio Grande do Norte, atravessa o País inteiro, na sua região litorânea, e vai até o Rio Grande do Sul. E só não foi construída no Paraná, causando enormes prejuízos ao nosso Estado.

Isto tem que acabar. E só com a atuação integrada da nossa classe política, da nossa classe empresarial, é que poderemos concretizar esta obra.

É importante ressaltar que nas duas alternativas estudadas, preocupou-se sobremaneira com a preservação do meio ambiente, para evitar o que tem ocorrido constantemente na BR-101, no trecho Rio-Santos, onde após cada chuva, há interrupções de tráfego.

Muito importante, também, e que merece destaque, é que esta obra não se limita apenas a uma alternativa rodoviária ao nosso porto.

Pode-se considerar como certo um significativo aumento da carga geral ao Porto de Paranaguá, originário do Sul do País, carga esta que cada vez mais caracteriza os grandes portos dos países mais desenvolvidos..."

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência poderá usar o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. HEINZ HERWIG - Pois não. Obrigado.

"É que hoje, para chegarem a Paranaguá, têm que subir e descer a mesma Serra do Mar, onerando em muito o custo do nosso frete.

Em segundo lugar, teremos a possibilidade já prevista no projeto, de um acesso a Guaratuba, que eliminaria as discutidas fila no "ferry-boat", que atravessa a baía de Guaratuba.

Finalmente, vale citar apenas para conhecimento de todos, que a alternativa mais econômica tem uma extensão total de apenas 44 quilômetros, com um acesso a

Guaratuba de mais 16 quilômetros.

O investimento, sabemos bem, é grande. Mas, se justifica plenamente, pois muito pior seria o prejuízo do Paraná como um todo, se o Porto de Paranaguá ficasse isolado por via rodoviária.

Portanto, mais do que reivindicar, deixo aqui o meu alerta às autoridades responsáveis e aos nobres Deputados. É preciso que na retomada do desenvolvimento no Estado e no País, quando definirem-se as prioridades, não seja esquecida a BR-101, pois essa, sem dúvida, é a prioridade entre as prioridades."

O SR. Lourenço Fregonese - O Senhor me dá um aparte, Deputado?

Eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, e nós que somos Deputado pela região do litoral, nós nos engajamos nessa sua luta pela BR-101, porque ela realmente vem, mas que não fique nessa conversa, pois o Estado do Paraná é o único Estado da Federação que não tem nenhum pedaço da BR-101 no seu território.

Nós que vivemos no litoral, que temos o maior e o melhor porto do Brasil, precisamos já da BR-101. E o Senhor tem neste Deputado, um aliado nesta sua luta. Conte com a gente e eu o parabenizo.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado, Deputado.

Nós, de fato, claro existem várias prioridades, mas no setor rodoviário, no Brasil, não existe nenhuma rodovia tão prioritária quanto a BR-101. Ela servirá de opção para a 277 e também para a Curitiba-Garuva, que são duas rodovias que já não comportam mais o tráfego que possuem. E só com a união de esforços da classe política é que vamos poder finalmente conquistar a BR-101 no nosso Estado, porque ela já existe no País inteiro!

O SR. Cleiton Kielse - Deputado, um aparte, por favor?

Deputado, eu estive em Brasília na primeira semana do meu mandato, e tive a satisfação de ouvir da boca do Secretário Nacional de Transportes, apesar de não ser Deputado do litoral, que estão estudando a viabilidade da construção desta estrada. E parabenizo ao "Paraná em Páginas", uma revista destacada, pela edificação ao litoral e pela dedicação à esta estrada. Esta revista divulga a necessidade, a urgência desta estrada.

Eu fui a Brasília atrás da 476, a ligação Bocaiúva-Adrianópolis, é uma reivindicação minha, e soube da boca do Secretário Nacional dos Transportes, que a sua estrada está na frente da minha.

Muito obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Deputado, eu queria



lhe informar, inclusive, que a viabilidade desta estrada já foi feita. Este estudo de viabilidade já foi concluído, foi o Estado do Paraná que o executou, às suas custas. Já existe o projeto final de engenharia, com túnel, com obras de arte, com tudo que tem que ser feito! Agora precisa apenas que o Governo Federal defina recursos para que se inicie a obra, é a única coisa que falta! Que se coloque como prioridade no seu programa de obras. Eu tenho certeza que esta Assembléia dará respaldo à Bancada Federal do Paraná, para que esta obra seja incluída no orçamento do próximo ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Eu prestava muita atenção ao pronunciamento do companheiro de Assembléia, Deputado Ovídio, do PT, quando ele lembrava, com muita propriedade, a preocupação que todos nós devemos ter com a agricultura, principalmente do Estado do Paraná.

Nós, aqui na Assembléia, temos vários Deputados que já foram prefeitos, como eu, e sabem, e participaram de reuniões onde nós sempre assistimos à colocação de que na mudança dos Governos Federais, nós teríamos melhorias para a agricultura, porque sabemos que num País da imensidão do Brasil, onde trezentos milhões de terras podem ser agricultáveis, nós ainda não temos uma política que dê rumo para que o pequeno e médio produtor possam sobreviver às dificuldades hoje vividas.

Toti Colaço, Vossa Excelência sabe muito bem que o Governo Federal, quantas vezes ele anuncia o EGF, o AGF e o agricultor ali esperando e nada acontece. Nós sabemos que um companheiro, o Deputado Ovídio, do PT, me lembrava os companheiros de cooperativa. Ainda ontem, jantei com vários Presidentes de cooperativas, sobre o caso do trigo no Paraná.

Eu trago aqui um documento oficial da própria OCEPAR, onde nós vamos observar que o preço mínimo do trigo para a safra de 1991 está fixado em 27.888 por tonelada, quando na realidade, nós teríamos que ter, que ter para um custo estimado, de 57.400 cruzeiros por tonelada. Se nós formos mais além, nós vamos ver aqui na tabela que em 1985, novembro de 1985, era pago 236 dólares por tonelada; hoje, em 1991, é pago 119 dólares por tonelada. Isto tudo vem a conflitar, isto tudo vem a prejudicar, a desanimar os nossos pequenos, médios e grandes produtores do Paraná, sem falarmos, minha gente, que os pedidos de

PROGARO, nós temos 45 bilhões só no Paraná para serem liberados e o Governo da Federação anunciou, através do Banco do Brasil, 35 bilhões, e para o Paraná só veio 4 bilhões, para o PROAGRO que tanto bem faz aos agricultores que dependeram de se socorrer e de recorrer ao PROAGRO.

Eu quero dizer ainda que a estiagem que assolou todo o nosso Paraná. Nós tivemos a liberação, foi uma conquista dos agricultores, das cooperativas, nós tivemos uma conquista da liberação de 140 mil cruzeiros por família. Mas eu quero dizer aos companheiros que eu acho muito pouco, um agricultor, um pequeno agricultor que tem que investir dinheiro para produzir, que tem que pagar óleo diesel, que tem que pagar mão-de-obra, que tem que pagar fertilizante, tem que pagar adubo, 140 mil cruzeiros é uma esmola para o agricultor, o agricultor não precisa de esmola, o agricultor quer dinheiro, quer subsídio para bem desenvolver a agricultura. Igualmente acontece nos países mais desenvolvidos, a agricultura é subsidiada. Por isso eu venho levantar a minha voz e dizer que eu estou cansado, como Parlamentar, que estou decepcionado de ver promessas de Governos Federais, que a hora que assumissem, nós teríamos preços mínimos garantidos, nós teríamos uma política séria para a agricultura, e até agora nada disso aconteceu. É por isso que venho fazer um apelo a todos os meus colegas, para que nós não fiquemos apenas no discurso, para que nós nos juntemos às cooperativas do Paraná, para que nós estejamos ao lado do pequeno e do médio produtor; quem sabe possamos fazer uma caravana e marcharmos a Brasília a fim de darmos atendimento a estas reivindicações, porque num futuro bem próximo, nós teremos o pequeno e o médio produtor passando necessidade, passando até fome.

Quero ainda, aproveitando do pequeno espaço de tempo que tenho, fazer um apelo aos meus colegas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, estou fazendo Requerimento à Mesa da Casa para que possamos criar a Comarca de Abatiá, no Norte Velho, a qual tenho a honra de representar. Abatiá é hoje uma cidade que se desenvolve a passos largos; Abatiá que já conta com instalação de várias indústrias; Abatiá que tem condições comerciais e econômicas de acolher uma Comarca. Eu venho fazer este apelo aos nobres Pares, venho fazer este apelo ao Presidente em exercício, Deputado Algaci Túlio, para que aprove o Requerimento de autoria deste Deputado, para que seja encaminhado ao egrégio Tribunal de Justiça, para que possa ser criada a Comarca de Abatiá.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião da Comissão de Educação, convocada pelo Presidente, Deputado Alceu Swarowski, com a presença do Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão. Tivemos a oportunidade de ouvir, do Secretário, o Programa de Educação do atual Governo. Tivemos também a oportunidade de questionar e interrogar o Secretário sobre os graves problemas da educação que todos nós sabemos que existem em nossos municípios, em nossas escolas estaduais.

Temos certeza que a educação, se for prioridade na prática do atual Governo, dentro de pouco tempo deveremos sentir as melhorias e saber que todo o programa de Governo tem que ter como prioridade absoluta a educação, que é o fundamental de qualquer desenvolvimento, progresso e mudança social.

Por outro lado, também estamos sabendo da difícil situação de nossas Universidades Estaduais, cujo movimento de greve está se iniciando nesta semana. Temos certeza de que a Educação do Paraná deverá ter, de fato, uma dedicação especial do atual Governo, para que possa melhorar este Estado. E, se são graves os problemas do ensino do Primeiro e Segundo Graus - inclusive correspondência expedida pela FUNDEPAR dizendo que irá faltar merenda nas nossas escolas - o Ensino Superior também não está em melhor situação.

Estamos neste dia, neste momento, fazendo um requerimento ao Governador do Estado, ao Secretário do Ensino Superior, para que se inicie neste Estado um movimento e uma campanha para que o Governo Federal cumpra a Constituição Federal e atenda o Paraná na questão do Ensino Superior.

Sabemos que os outros Estados da Federação brasileira, especialmente o Rio Grande do Sul, que conhecemos, sabemos que as Universidades são Federais. Minas Gerais tem suas Universidades Federais. O Estado, tanto no Rio Grande do Sul, como em Minas Gerais, não assumiu o Ensino Superior. E o Paraná foi, no decorrer dos tempos e dos Governos, assumindo este ônus que deveria ser do Governo Federal. É uma questão de justiça que o Paraná se levante e bata o pé, para receber os direitos por uma questão de respeito e de justiça.

Temos certeza que, assim como foi vitoriosa a campanha dos "royalties" que veio atender e fazer justiça com o Paraná, esta campanha do Ensino Superior é justa e

merece o apoio de toda a sociedade paranaense. Temos certeza de que o novo Governo, que assumiu há poucos dias este Estado, não deverá faltar ao diálogo permanente, aberto e com transparência com as nossas Universidades. O diálogo é sempre fundamental. Que através do diálogo se encontrem soluções coletivas e que, junto com o diálogo, se inicie uma campanha para que o Governo Federal, assim como socorreu Estados quebrados, bancos estaduais indo à falência, venha socorrer o Ensino Superior do Paraná. Porque se existem recursos para atender e socorrer bancos estaduais quebrados, deverão ter recursos para socorrer e fazer justiça ao Ensino Superior do Paraná. Nós ouvimos pronunciamento reclamando a BR-101 que é responsabilidade do Governo Federal. Ouvimos pronunciamento sobre a situação da agricultura que o Governo Federal castiga o Paraná pela política anti-agricultura paranaense. Sabemos de tantas obras faraônicas, a Norte-Sul, enquanto o Paraná luta para viabilizar a FERROESTE. Queremos justiça, queremos que o Governador lidere esta campanha com o apoio desta Assembléia, com o apoio da sociedade paranaense possa bater em Brasília e junto ao Ministério da Educação, não pedir, mas exigir o que é direito do Paraná, a justiça com os recursos federais para atender o ensino superior e o Estado sim, investir maciçamente no ensino fundamental do primeiro grau para que a educação se transforme neste Estado e seja orgulho das novas gerações que irão nos julgar no dia de amanhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

(Declina.)

PL com a palavra.

Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu estava inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Deputado Colombino Grassano que houve um equívoco.

O SR. ERNANI PUDELL - Se Vossa Excelência permitir, posso falar em seguida ao Deputado Colombino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem.

Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: agradeço o gesto simpático do Senhor Líder do Partido

dos Trabalhadores.

O Partido Liberal é, nesta Casa, representado por dois Deputados, nós que viemos do Norte do Paraná e o ilustre Deputado Dalton Machuca, que representa os campos gerais. Viemos, como ontem afirmei, ao Senhor Deputado Ernani Pudell trazendo o desejo de poder contribuir para que o Poder Legislativo exerça a sua atividade com dignidade, com respeito, para que possamos dar à comunidade paranaense exemplos de trabalho, de comportamento exemplar no exercício do mandato de Deputado Estadual. Nós todos fomos às praças públicas, assumimos compromissos, os mais sérios, com a sociedade. Mantivemos entendimentos com o funcionalismo público, ouvimos as reivindicações dos trabalhadores, comparecemos aos templos levando a nossa palavra de que seríamos sérios, responsáveis, viríamos aqui defender os interesses do Estado, o comportamento exemplar do Parlamentar. Dizíamos, também, que era o nosso dever agir de acordo com os interesses do Estado, apreciando com isenção de ânimo e sem partidarismo as mensagens que o Poder Executivo enviasse à apreciação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Esta Assembléia aprovou, no final da última Legislatura, um novo Regimento Interno, dando às comissões permanentes uma autoridade que não tinha no anterior e permitindo, assim, uma atuação mais destacada do Deputado na comissão que ele representava. Não é justo, portanto, que nesta hora, em que o Parlamento Nacional está dando exemplo de comportamento exemplar, não é possível que, neste instante, a Assembléia Legislativa não se comporte com dignidade para que haja respeito ao eleitor que protestou também nas urnas em 03 de outubro. Nós não podemos ferir o decoro desta Casa sob penas de nós todos sermos levados de roldão, atingidos diretamente pela opinião pública, que não permitirá deslize qualquer de qualquer um dos Senhores Deputados.

Não vim à tribuna para pregar moralidade. Não vim a esta tribuna para emitir conceitos de comportamento aos Senhores Deputados e a Senhora Deputada, que tanto honra esta Assembléia Legislativa e que tem participado dos momentos mais importantes desta Casa, apenas vim ratificar, em nome do Partido Liberal, os altos propósitos que nos animaram, a mim e ao Deputado Dalton Machuca, a vir para esta Casa representar nossas regiões, e hoje passamos a representar não apenas o Norte do Paraná ou os Campos Gerais, nós representamos hoje o pensamento mais digno da comunidade paranaense.

E para dar uma demonstração do comportamento desta Assembléia Legislativa, ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputa-

dos, cumprindo uma delegação desta Assembléia Legislativa por requerimento da ilustre Deputada Emília Belinati, comparecemos à Londrina, juntamente com o Deputado Severino Félix, Deputado Plauto Miró Guimarães, o Deputado Heinz Herwig e a Deputada Emília Belinati, para sentirmos os anseios, as necessidades, os problemas que estavam a afligir a comunidade que trabalha no IAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná, órgão de pesquisa, o mais importante na vida da agricultura paranaense e que tantos e tão bons serviços prestou à causa agrícola deste Estado. Falamos com a presidência, com os diretores, com os pesquisadores, com os funcionários, evitamos, através da nossa palavra e do nosso pronunciamento que os funcionários entrassem em greve; ouvimos as nossas ponderações juntamente com as ponderações do Senhor Deputado Federal Paulo Bernardo do Partido dos Trabalhadores; aceitaram não a nossa orientação, mas o conselho de quem procura oferecer a sua contribuição para que a boa causa seja conquistada. Os funcionários ouviram e com ampla liberdade, depois, em assembléia, decidiram, por unanimidade, não entrar em greve e prestar então, uma homenagem ao Poder Legislativo, cujo Poder representávamos naquele Instituto Agrônomo do Paraná.

E hoje, cumprindo mais uma etapa da nossa tarefa, estivemos com o Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, onde expusemos as reivindicações dos funcionários, a nossa preocupação com os problemas que estão afligindo o próprio Instituto, onde os recursos não são suficientes para que as pesquisas possam continuar em grande intensidade, e Sua Excelência o Senhor Secretário da Agricultura, manifestou-se solidário ao movimento promovido pelos funcionários do IAPAR; E para demonstrar o seu comportamento, decidiu aceitar um convite para que amanhã debata com os funcionários do Instituto os seus problemas, as suas reivindicações.

Para concluir, Senhor Presidente, o Senhor Secretário deverá ser acompanhado pelo ilustre Deputado Herwig que, em nome da comissão designada pela Assembléia Legislativa, irá dar continuidade aos entendimentos na participação maior que a Assembléia Legislativa está dando para ser o canal de comunicação entre os funcionários daquele Instituto e as autoridades governamentais.

Agimos com a maior isenção, nós que representávamos os vários partidos com assento nesta Casa, e a nossa isenção e o nosso comportamento demonstram o que pretendemos fazer e ser neste mandato que o povo paranaense nos outorgou.

É dentro deste espírito de comportamento que nós haveremos de agir nesta Ca-

sa. Esperamos oferecer a nossa contribuição modesta, embora a qualquer plano governamental que vise o desenvolvimento deste Estado. Voltaremos em outra ocasião a esta tribuna para analisar o programa governamental, as propostas já dadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e eu acredito que nesta oportunidade não faltará o apoio do Parlamento paranaense.

Em nome desta dignidade, em nome deste respeito é que eu conclamo os Senhores Deputados, eu que vim de uma Legislatura onde a representação era bem diferente, e que tenho da minha primeira passagem pelo Parlamento as melhores recordações por ter visto, ter acompanhado e ter participado de momentos importantes deste Estado, onde Deputados da mais alta integridade moral representavam os anseios da comunidade, e é em nome desta proibidade que eu espero que haja o comportamento desta Casa Legislativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Infelizmente existe neste País uma prática perniciosa de nossos governantes que procuram sempre eleger bodes expiatórios para desviar a atenção da população acerca dos problemas estruturais que sofre a nossa Nação. Assim foi com Collor de Mello quando ele elegia os marajás aparentemente como os grandes responsáveis pelos desmandos políticos e administrativos do nosso País.

Essa política certamente dá resultados imediatos e eficientes, porém a longo prazo ela acaba por abalar a credibilidade da classe política perante a população. Infelizmente nós estamos assistindo aqui o Paraná, o Governo Requião, se deixar seduzir por essa prática perniciosa.

Nós tivemos nesta semana, a partir de segunda-feira, uma greve dos professores das Universidades Estaduais do Paraná. Ato contínuo, o Governador Requião usou este argumento para jogar uma cortina de fumaça e desviar a atenção da população para o problema real.

Nós soubemos à boca pequena que o Governo Requião torcia para que houvesse um movimento paredista generalizado do funcionalismo público estadual para permitir o fôlego de caixa ao Governo.

Nós tivemos nesta colocação do Governo Requião uma demonstração clara. Vejam que o Governo Requião imputa hoje aos recursos destinados ao Ensino Superior do Paraná a causa pela falência do ensino de 1º e 2º graus no Estado.

Vejam, nós temos aqui, e esta Casa é testemunha quando este Governo diz que os

professores das instituições de ensino superior radicalizaram, que tiveram uma greve inoportuna, que não aguardaram uma decisão do Estado. Nós temos aqui um documento entregue nesta Casa, do dia 20 de março, por diversos sindicatos, foi entregue a muitos Deputados, denunciando a situação não apenas das instituições de ensino superior, mas a situação salarial de todas as instituições de pesquisa do Estado do Paraná.

Temos aqui também uma ata da reunião feita no DRT onde demonstra que há 5 meses as instituições de ensino superior e os demais institutos de pesquisas do Paraná estavam tentando obter uma resposta satisfatória às reivindicações salariais da categoria.

Vemos aqui também e nós recebemos um telex que foi entregue aos representantes do movimento onde diziam que o Governo Requião precisaria de 10 dias para atender às reivindicações salariais dos professores e dos funcionários das demais instituições e hoje o governo Requião utiliza a greve dos servidores das universidades para encerrar a transferência de renda a essas instituições e usa ainda como desculpa, procurando ganhar a opinião pública, dizendo que esses recursos irão salvar o ensino de 1º e 2º graus.

Eu queria apenas fazer um registro, a bem da verdade, para que não houvesse ofensa a Vossa inteligência, que se o governo antes de imputar ao ensino superior a falência do 1º e 2º graus, deveria isto sim, ir investigar o custo de um quilômetro de estradas na rodovia que liga Pranchita a Pérola do Oeste, onde esse governo paga um milhão de dólares por quilômetro, onde apenas dois quilômetros daquela rodovia significam custo muito superior ao orçamento global e anual da Universidade Oeste do Paraná que hoje está à beira da falência.

Este Governo, antes de falar que as instituições de ensino superior é que faliram o ensino de 1º e 2º graus, deveria buscar nos cinco bilhões de cruzeiros gastos com verbas de publicidade a falência do ensino.

Nós temos que denunciar aqui que a questão fundamental que este Estado sofre, e todos os Estados deste País, é a vergonhosa transferência de rendas do setor público para grandes grupos privados, para empreiteiras, através da sonegação de impostos. Aí o Senhor Governador deverá buscar os recursos necessários para consolidar o ensino de 1º e 2º graus, não atacando as instituições importantes, como as de ensino superior, que são tão caras e necessárias para o desenvolvimento tecnológico do nosso Estado.

Era isto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Toti Colaço.

O SR. ANTONIO TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Acompanhei atentamente os grandes debates nesta tarde aqui, principalmente no que diz respeito a nossa agricultura. Quero também, a exemplo dos demais parlamentos que fizeram uso da tribuna, me associar a estas denúncias de desamparo a que se encontra a nossa agricultura.

Porém, o assunto que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto que não diz respeito diretamente a nossa agricultura no momento atual, mas diz, e muito, a respeito do meio ambiente, diz muito a respeito das escolas profissionalizantes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso Estado carece urgentemente que sejam implantadas escolas profissionalizantes, tanto na área rural como urbana.

Sou representante de uma região eminentemente agrícola. O que foi ensinado ao longo do tempo aos nossos agricultores do sul do nosso País: calcarear a terra, adubá-la, e um pouco de uréia quando se pode adquirir, e nada mais. Plantando tão somente o feijão, o milho, a batata, a cebola, na minha região, e um pouco de soja e nada mais. Parece-me houve uma inversão de valores nos últimos 20 anos e vejo com tristeza hoje produtos hortigranjeiros que nós estamos consumindo aqui na Capital, aqui no restaurante da Assembléia vindos do Estado de São Paulo na sua grande parte. Os produtos hortigranjeiros não estão servindo hoje somente à grande Capital, à grande Curitiba, aos grandes centros mas são caminhões que cortam a Rodovia do Café, que cortam a Rodovia 277 e que seguem para o Sul de nosso Estado. Então na sua grande maioria vem do Estado de São Paulo para abastecer o Paraná. Vejo isto com muita tristeza vejo caminhões adentrando nos distritos das áreas rurais da minha região.

E não é somente na minha região, porque acredito em outras regiões também, está acontecendo o mesmo processo.

A preocupação nossa, é claro, tem que ser com o trigo, com o soja, com o algodão, com o feijão, com o milho e assim por diante. Mas nós não podemos esquecer, que somos os maiores importadores dos produtos hortigranjeiros é o Estado do Paraná, vindo especificamente do Estado de São Paulo. Mas como se corrigir e inverter esta situação. Eu estou fazendo um estudo junto à Secretaria de Educação, junto à Secretaria de Agricultura, e vou entrar em contato com a Secretaria de Planejamento, para que

se estabeleça, para que se crie normas claras ou mais precisamente, que seja incluído no ensino regular já, matérias específicas voltadas para área agrícola. Escolas agrícolas do nosso Estado - eu conheço duas, os meninos nossos quando lá chegam, dali a três anos, vão trabalhar para uma grande empresa ou para um grande fazendeiro; nunca voltam para a área rural de onde saíram. O filho do pequeno agricultor, eu vejo isto com muita tristeza, está seguindo uma orientação que aprendeu de seus pais, ao longo dos vinte, trinta ou quarenta anos e não vejo nada de concreto, de objetivo que se possa oferecer àquele jovem. Cursos profissionalizantes na área agrícola, técnicas novas, modernas, onde ele possa aprender dentro do seu próprio Município, dentro da sua própria comunidade, dentro do seu próprio distrito, lá na escolinha, lá na escolinha do Interior, e que ele possa permanecer lá, produzindo o quê? Produzindo aquilo, que ele aprendeu na escolinha, utilizando o seu pequeno pedaço de chão, a sua pequena propriedade rural, produzindo produtos hortigranjeiros.

Se não desse renda, se não desse lucro, o Estado de São Paulo, não estaria fazendo o Paraná consumir milhares de toneladas diariamente de produtos hortigranjeiros que vem de lá.

Então pessoal, nós estamos fazendo um estudo com uma equipe minha, para ver se o Paraná, inclui no curriculum, escolar de 1.º a 8.ª série, desde o início, e depois do 2.º grau, escolas e cursos técnicos profissionalizantes, na área agrícola e também na área urbana? Vejam só meus prezados companheiros. Parlamentares, falando há poucos instantes com o professor Paulo Maia, com o dr. Rosinha, fiz uma pergunta para eles, que são professores: quantos alunos que concluem o 1.º grau, da 1.ª a 8.ª série. Dizia-me o dr. Rosinha que ontem ou antes de ontem ele fez uma pesquisa, uma palestra numa Universidade, e me dizia o seguinte: Toti, de cada mil estudantes, apenas 218 conclui a 8.ª série; de cada mil crianças que entram numa escola, apenas duzentos e dezoito conclui a 8.ª série. Muito bem, e o 2.º grau, o número vai ser com certeza, assustador para todos nós. E quem chega ao 3.º grau? - qual é a oportunidade que tem um jovem que trabalha, filho de um operário, filho de um pequeno comerciante, filho de um funcionário público, de um trabalhador que chega numa faculdade. Normalmente chegam ao 3.º grau, aqueles estudantes que tiveram oportunidade de se preparar melhor, que não tiveram que trabalhar desde cedo para ajudar seus pais, ou na roça, ou na cidade, da sua propriedade, para ajudar no sustento da sua família. É um número diminuto

que chega ao 3º grau.

Mas o que realmente nos preocupa, e preocupa a mim particularmente, que são milhares e milhares de jovens paranaenses, que nem sequer concluem o 2º grau. E muito menos, chegam ao 3º grau. E o pior ainda: sem profissão nenhuma.

Existem, muitas vezes até, a oferta do emprego. A oferta do serviço, melhor dizendo. Mas, você pergunta para o jovem que bate no teu gabinete ou no teu escritório, lá na base, ou na tua casa. "O que é que você sabe fazer, meu prezado jovem?" Quando muito, o que dizem é: "Eu fiz um cursinho de datilografia por aí!"

"Mas, você não é pedreiro? "Não!"

"Eletricista?" "Não!"

"Encanador?" "Não sei".

"Carpinteiro?" "Não sei".

Como é que esta juventude nossa, qual é a esperança deles, se nós, o nosso Estado, ainda não está oferecendo escolas profissionalizantes para esta juventude que estará aí, totalmente desassistida e desamparada, jogados pela sorte!

Então, eu devo apresentar nos próximos dias, um estudo mais apurado a respeito de escolas profissionalizantes; vou trazer a esta Casa, para que todos nós possamos discutir melhor o problema. A gravidade do problema está aí. São milhares e milhares de jovens que não têm sequer a oportunidade de fazer um curso de eletricista, ou de encanador ou de torneiro mecânico, e assim por diante.

E, para, também, poder sintetizar melhor eu vou dar encaminhamento à Mesa de um requerimento e pediria licença ao Senhor Presidente para fazer a leitura, porque também diz respeito à nossa juventude e às nossas crianças. Trata-se de um requerimento enviado à Secretaria Especial de Assuntos do Meio Ambiente, visando a realização de estudos para implantação de ensino de educação ambiental, nas redes públicas do Estado, porque se faz necessário que as nossas crianças, desde a sua infância, dos seis anos de idade em diante, possam assimilar melhor e preservar, principalmente, o nosso meio ambiente.

(Lê):

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Assuntos do Meio Ambiente, visando à realização de estudos para a implantação de ensino de educação ambiental nas redes públicas do Estado.

Em que pese a exigüidade de recursos que não conseguiu acompanhar o acelerado processo de degradação ambiental, mesmo

assim é possível, constatar que nos últimos anos se conseguiu alguns avanços.

Ao começar pela legislação ambiental do Paraná, inúmeros artigos configuram claramente a proteção aos recursos naturais, ao mesmo tempo que preveem severas punições aos que cometerem infrações. Graças a um projeto pioneiro no Brasil, a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (Decreto n. 5895/89) representou a busca permanente de se levar a sério a questão dos nossos mananciais, estabelecendo um contato permanente entre a SUREHMA, prefeituras e a comunidade. Rompendo a prática do passado, passou a fazer parte do cotidiano o debate sobre o funcionamento de inúmeras indústrias que antes não se sentiam ameaçadas por suas práticas de agressão à natureza, nela despejando pesadas cargas de detritos e compostos químicos. A simples intenção de se instalar qualquer unidade, não pode mais ocorrer sem o criterioso e detalhado exame técnico, além da decisão por parte da população, que deve ser igualmente consultada.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo sendo fundamental a legislação específica, é preciso que haja um verdadeiro e efetivo trabalho de educação, cuja ação conscientizadora propiciará resultados ainda muito mais significativos, notadamente à medida que atuará preventiva e não só punitivamente. Desta forma, o estudo mais acurado quanto à educação ambiental junto às escolas da rede pública se faz mister. Desde jovem, a comunidade entenderá a importância da natureza como elemento imprescindível para a vida, protegendo os nossos recursos e promovendo a sua recuperação. Com isso, desde jovem cada pessoa vai adquirindo uma formação como cidadão que compreenderá realmente o espaço em que vive, estabelecendo a harmoniosa relação entre o homem e a natureza, muitas vezes relegada ante ao desenfreio "progresso" (em que a ganância) tenta sucumbir qualquer consideração a respeito.

Sala das Sessões, em 10.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao PRN.

(Declina).

Havendo declinado concedo a palavra ao PFL.

Com a palavra o Deputado Basílio Zannusso.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu gostaria de um esclarecimento da Mesa, se os demais Partidos já indicaram os integrantes das duas CPI's, de Saúde e de Finanças, já aprovadas por

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na oportunidade eu responderei à questão de ordem de Vossa Excelência.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa deferência especial do Deputado Basílio Zanusso, ele cede o espaço, porque estarei em seguida representando o Prefeito Jaime Lerner na solenidade de posse do Conselheiro Artagão Mattos Leão.

Mas eu venho à tribuna para lançar aqui uma moção de preocupação, pode ser novidade, na verdade teria que ser uma moção de repúdio à atitude tomada por um Delegado de Polícia, Delegado Clóvis Galvão, Delegado da Décima Subdivisão Policial de Londrina.

O jornal "Folha de Londrina", de ontem estampa em manchetes, a seguinte declaração do Delegado:

"Revolta em Cornélio Procopio, PM mata mais um inocente. A família da vítima vai processar a Polícia e o Estado.

Delegado de Polícia aconselha: Fugam da Polícia Militar!"

Eu não vim aqui em defesa da Polícia Militar e nem para acusar a Polícia Civil. Venho em defesa da boa Polícia, da Polícia competente, da Polícia honesta, da Polícia em que todos nós precisamos para a garantia de nossa segurança, de nossos familiares, enfim, da população! Mas, lamento a forma como este Delegado de Polícia, o Sr. Clóvis Galvão, joga toda uma população em cima de uma corporação que tem o maior respeito da população paranaense!

É por este motivo que venho à tribuna para dar entrada a um requerimento de moção de preocupação da forma, da maneira como este delegado se manifesta. "Da forma com que a Polícia Militar vem abordando as pessoas, sem conhecer, eu prefiro que os caras fujam". Foi o que declarou, textualmente, no dia 08 de abril passado, violando o preceito de ética dentro da Polícia! Como a própria Constituição assegura igualdade de ação, responsabilidade entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, os integrantes de uma não podem atacar a outra, sob pena de estarem contribuindo para o caos, na Segurança Pública do Estado.

A Polícia não pode ser desmoralizada por ela própria, independente da farda que é usada pelos seus membros!

É a política da Segurança Pública, prioridade do atual Governo, que foi atacada de forma leviana e irresponsável pelo Delegado Clóvis Galvão, numa demonstração inequívoca de despreparo e falta de ética.

Assim, confiando nas providências a serem adotadas pelos responsáveis pela

Pasta da Secretaria de Segurança Pública.

E diria que nenhuma das duas Polícias têm hoje para atacar uma atacar a outra, porque se fôssemos fazer um levantamento, as duas têm telhado de vidro.

Temos um levantamento de casos, envolvendo tanto policiais civis, como policiais militares. E aqui mesmo em Curitiba o fato mais recente, o fato mais lamentável, foi a morte do jovem estudante Alexandre Aieta Miranda, que foi assassinado cruelmente por um policial civil. Da mesma forma que erra a Polícia Civil aqui em Curitiba, erra a Polícia Militar em Londrina. Errou recentemente um policial civil, em Londrina, quando matou um jovem estudante.

A minha posição é de que este requerimento seja aprovado pelo Plenário, para que o Sr. Secretário de Segurança Pública chame atenção deste Delegado. Porque, se o policial militar não teve o devido preparo para evitar a morte do jovem estudante em Londrina, não teve também o devido preparo para dar uma entrevista à imprensa, quando acabou jogando toda a opinião pública em cima da Polícia Militar.

Venho também à tribuna para dizer que aquilo que levantamos nesta tribuna na semana passada, quando alertávamos de um erro que incorria o Governo do Estado do Paraná quando nomeava um Tenente-Coronel para as funções de Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Está aqui em minhas mãos uma cópia do mandado de segurança que foi impetrado pelo clube dos oficiais e, no qual o Meritíssimo Juiz, Desembargador Lemos Filho, acaba reconsiderando uma posição sua, reconhecendo que a indicação, a nomeação do tenente-coronel para o Comando do Corpo de Bombeiros estava errada e não seguiu os trâmites normais do Estatuto da Polícia Militar. Consequentemente, comunica o Sr. Juiz, de que o Governador do Estado e o Secretário de Segurança Pública expeça este mandado e citação ao Sr. Tenente-Coronel Carlos Roberto Cidade, para querendo integrar o processo com o litisconsorte passivo. Quer dizer que, a partir de agora, temos um comandante do Corpo de Bombeiros interino, até que Sua Excelência o Governador do Estado e o Comando da Polícia Militar respeitem a hierarquia dentro do Corpo de Bombeiros. O oficial coronel com mais tempo de serviço, este é que tem que ser indicado. Não vai aqui a vontade do Governador, como quis dizer o Sr. Secretário. O Governador foi eleito pela maioria dos paranaenses; tem o direito de indicar quem desejar. Acabou incorrendo num erro e vai ter agora que corrigir.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo



a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Neste horário do partido, venho à tribuna para fazer duas considerações sobre dois assuntos que, embora sucintamente, considero da maior importância. Primeiro, foi a presença do ilustre Secretário da Educação, Professor Elias Abrahão, nesta Casa, na reunião que tivemos no plenarinho presidida pelo ilustre Deputado Alceu Swarowski, onde estiveram integrantes da referida comissão e vários outros Srs. Parlamentares interessados em ouvir o mesmo. O Secretário da Educação trouxe à Comissão e à Casa, as apreensões do atual Governo, que colocou as dificuldades encontradas agora no início do seu Governo, no início das aulas - que todos nós do Paraná conhecemos, não são poucos os alunos sem aulas, sem professoras, sem carteira, sem escola. Mas também anunciou, Sua Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ocupa a tribuna o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Sr. Presidente!

... o Sr. Secretário, que além das linhas mestras, das linhas básicas que orientam o Governo do Sr. Roberto Requião na Educação, anunciou Sua Excelência, um concurso próximo para 9.300 vagas do Magistério no Primeiro e Segundo Graus e logo após concurso para mais 10.000 vagas, anunciou, também, a descentralização administrativa da Educação com o fortalecimento dos núcleos regionais que hoje parece, são em número de 22, e mantendo contato permanente com os municípios e que extintas as inspetorias auxiliares nos municípios, a Secretaria manterá ainda um representante, um coordenador, um funcionário para ser o braço dos núcleos. A valorização dos Diretores, mas também com certa responsabilidade que pretende o Governo do Estado através da Secretaria encaminhar recursos necessários para as atividades normais, corriqueiras das escolas onde seriam formados conselhos, onde ao lado das direções escolares administrariam essas necessidades mais urgentes, com recurso para tanto. E anunciou também o piso salarial que será no atual valor de hoje no nível 03, e também acrescentando, ainda, sobre os níveis de vencimentos dos professores, níveis 06 e 07.

Além de outras informações valiosíssimas e que nos encorajam a todos os paranaenses para acreditarmos e desejar a Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação que inicia agora juntamente com o Governo Requião êxito naquela Pasta e todo seu Go-

verno. Todos sabemos que sem educação, sem instrução pública não só o Paraná, o Brasil não vai sair da sua miséria, da sua pobreza, do seu sub-desenvolvimento.

Portanto, queremos todos nós emprestar a nossa solidariedade, a nossa ajuda nesse combate ao analfabetismo e na procura da instrução melhor para o paranaense.

Houve algumas intervenções valiosíssimas de Parlamentares que lá estiveram, muito especialmente do Professor Paulo Maia que representa aqui, ex-Presidente da Associação dos Professores do Paraná, que conhece muito bem, Professor que é líder classista, houve um diálogo franco, intervenções com resposta.

Quero crer a todos nós e o que nós ouvimos naquela Comissão foi de que a presença do Sr. Secretário já que ela foi espontânea nesta Casa, sem ser convocado, foi valiosíssima.

Outro motivo que me traz, estou me antecipando é um projeto de Resolução que estava na Ordem do Dia de ontem e que foi retirado parece que por requerimento do ilustre Deputado Colombino Grassano por três sessões e que hoje consta da pauta em primeiro dia, o Projeto de Resolução apresentado por vários Parlamentares e que, como disse, antecipando-me, quero manifestar minha preocupação acerca dessa proposição.

Eu votarei contrariamente porque resumidamente já que a emenda, a alteração que pretende a proposição de alterar o Regimento Interno, ela tem, altera, são quatro artigos, por justificativas, que desnecessárias as suas leituras, mas objetivam fundamentalmente, alterar a forma, a condução da sessão. Nós fazemos, tradicionalmente, as discussões, as votações da Ordem do Dia após o Expediente, que consiste na leitura de projetos, de requerimentos e outras informações da Mesa e, daí, nós teremos, como os Senhores sabem o Pequeno Expediente, onde o orador poderá vir por cinco minutos sem aparte, depois Grande Expediente e depois Horário das Lideranças. Este espaço de tempo é necessário para que os Parlamentares se inteirem, que eles conheçam as matérias constantes da Ordem do Dia sobre os assuntos e sobre as proposições que têm a votar, discutirem, contactarem com seus colegas, com lideranças de bancadas e definirem-se acerca, inclusive, de seus próprios votos ou da manifestação verbal da tribuna se for o caso.

Portanto, parece-me que não é recomendável ao funcionamento desta Casa a aprovação deste projeto de resolução que visa alterar, então, o funcionamento das votações desta Casa, da sistemática das sessões plenárias desta Casa; acho que vai



esvaziar, vai prejudicar o Poder no seu todo. E falo isso com certa liberdade porque, os Senhores me conhecem, eu venho muito pouco à tribuna, raríssimas vezes, e me sinto à vontade para dizer que esta alteração ou inversão do que se faz atualmente vai dificultar, até porque, ocorre-me por felicidade, na legislatura anterior nós discutíamos, o Plenário discutia, votava as proposições em três discussões, o novo Regimento reduziu para duas discussões; reduziu, conseqüentemente, 30% dos trabalhos plenários para cada matéria.

Não só isso, também o novo Regimento autoriza que as comissões permanentes têm competência em alguns casos como na ratificação de convênios celebrados entre o Governo do Estado, municípios e a União, na concessão de títulos honoríficos, nos projetos de utilidade pública, não vindo, assim, ao Plenário.

Portanto, finalizando, Senhor Presidente, respeitando os signatários do projeto a que me refiro, estou me manifestando até porque estou preocupado e, antecipadamente, me pronuncio contrariamente ao projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cleiton Crisóstomo.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Venho a esta Mesa solicitar o envio de voto de feliz gestão ao Excelentíssimo Sr. José Moacir Favetti, que foi eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública em reunião do mesmo realizada em Brasília nos dias 04 e 05 de abril do corrente ano.

Com isso, tenho certeza que, além dos serviços que já prestava ao Estado, terá um melhoramento direto o Governo Federal para melhor atender à segurança do Paraná.

Mas venho a esta tribuna por outro motivo também. Venho como Parlamentar novo e novo Parlamentar pedir aos partidos da oposição, que saibam que hoje nós somos a vidraça, o Partido do Governo, que saibam se posicionar na tribuna quando falam do Governo, não ofendendo diretamente ao Governador com palavras grossas como de traidor, como de ditador, por um partido citado nesta tribuna. Peço a este Partido que, ao invés de falar, de xingar o nosso Governador, que ponha projetos de atuação direta, que ponha projetos que vão beneficiar as universidades.

Sou um universitário de uma Universidade Federal ainda. Sei das dificuldades, das deficiências das Universidades Estaduais, que é uma cruz ao Governo, que é uma cruz que o Governo Federal deveria

carregar, e que hoje como à oposição, fica mais fácil apertar os pregos, aperta-os sem indagar, sem perguntar qual é a posição do Governo.

Muitos parlamentares não sabem a carga que o Governo assumiu pegando as Universidades Estaduais. 38% do orçamento integral direcionado ao Ensino vão para as universidades, não é 31% como citou o nosso Secretário da Educação. Isso corresponde a 32 mil e alguma coisa de alunos, sendo que 1 milhão e 700 mil alunos de primeiro e segundo graus têm a deficiência até mais acentuada que das Universidades. E peço à oposição que indague, entre os Partidos de oposição, junto ao Governo, para se posicionarem, para colocarem idéias...

O Dr. Rosinha - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, eu conheço a prática política do Governador Roberto Requião. Fui funcionário da Prefeitura durante três anos na gestão dele. Eu queria fazer algumas perguntas a Vossa Excelência.

Vossa Excelência sabe qual é o salário de um assistente graduado de mestre da Universidade Estadual de Maringá?

E quero indagar de Vossa Excelência se Vossa Excelência sabe se houve negociação antes de Requião tomar posse e por quê o Governador eleito não compareceu na mesa de negociações do DRT, marcado para o dia 26 de março, a pedido do ex-Governador Álvaro Dias, uma vez que tudo é o mesmo Partido, a gente acredita que se um marca o outro vai cumprir, principalmente até porque são Governadores.

E se Vossa Excelência tem conhecimento que o salário da Universidade Estadual de Maringá, ou seja, das Universidades Estaduais paranaenses é o salário mais baixo de todas as Universidades e por que Requião não negociou?

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Vamos por etapa. Primeiro eu sei do salário do senhor, o quanto é, e o meu. Isto eu sei. Sei que é um salário alto, sei que é um salário talvez imerecido por muitos parlamentares.

O Dr. Rosinha - Solicitei o do professor e não o meu e o seu, porque se a gente não soubesse, seria muita ignorância.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - De sua parte talvez. E peço ao senhor que estude o Orçamento direcionado a essas universidades que absorvem tal montante, e como o governador hoje resolver um assunto tão minucioso, tão delicado, que envolve tantas cifras, que não pode saber o que quanto é direcionado aos primeiro e segundo

graus, hoje mais deficientes.

E caso os Parlamentares de vossos partidos não saibam, os Parlamentares que hoje assumem as Prefeituras nesta Assembléia são os Parlamentares do Governo, que sabem dos problemas do primeiro, segundo e terceiro graus. Vocês são oposição, Vossas Excelências são oposição hoje.

É muito fácil dizer uma coisa em plenário, na tribuna, e fazer outra, como já dizia Confúcio: "O homem de bem não deixa as suas palavras excederem as suas ações".

Por isso, eu tento e peço a vocês que tentem colocar suas posições não ofendendo, não trazendo o Governo ao nível que Vossas Excelências querem colocar.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Eu apenas quero esclarecer a posição do Partido dos Trabalhadores em relação às instituições de Ensino Superior.

Nós comungamos da posição daqueles que denunciam a ausência do Governo Federal na sustentação das instituições de Ensino Superior do Paraná. Nesta luta nós estamos juntos, estamos de acordo, achamos que a responsabilidade maior deve caber ao Governo Federal.

Agora nós sabemos também que diante da omissão do Governo Federal, o Governo Estadual criou e assumiu a sustentação e manutenção de diversas instituições de ensino superior aqui no nosso Estado, sob pena de nós termos apenas uma Universidade Federal no Paraná.

Agora, uma coisa também importante é bom que se diga, que o ensino superior e aí há o grande interesse da iniciativa privada em assumir o ensino superior, que é ensino mais rentável.

Então nós temos uma distorção aí. Agora, o que nós criticamos aqui hoje, e isso é importante que fique bem claro, é que o Governo Requião não pode, e nós não acreditamos que seja essa a intenção dele, de forma alguma, culpar através dos recursos carregados ao ensino superior no Paraná, colocar isso como desculpa para inviabilização, para a falência do 1º e 2º graus. Se nós permitirmos que esse raciocínio seja aceito, nós vamos permitir o desmonte das instituições de ensino superior, pagas e sustentadas pelo Estado do Paraná e é um patrimônio valiosíssimo que nós não podemos admitir que seja entregue à iniciativa privada.

Essa é a preocupação maior que o Partido dos Trabalhadores tem e nós questionamos a forma com o Governo Requião usou a desculpa da ausência do Estado no 1º e 2º graus, dizendo que sustenta o ensino do 3º grau.

O que nós mostramos e procuramos demonstrar é que os recursos necessários ao

1º e 2º graus foram transferidos, através de contatos de empreiteiras, através de sonegação de impostos de impostos de grandes grupos econômicos, isso sim, do Estado para os grandes grupos econômicos.

É ali que estão os recursos que o Governo do Estado deve buscar para sustentar, melhorar o ensino de 1º e 2º graus, não desmontando o ensino de 3º grau. Nós nos somamos à luta pela federalização de todas as Universidades do Paraná.

Nessa luta, a Bancada do Partido dos Trabalhadores estará junto, com certeza.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Eu agradeço o aparte, só colocando a outra resposta ao Doutor Rosinha, citando que "o governo passado é o reflexo deste governo"- o Senhor está enganado.

Orgulho-me muito de ter conhecido Alvaro Dias e da forma como ele conduziu o ensino. Talvez dificultando a vida de vários professores, mediante o salário, mas hoje o Paraná é o único estado da Nação que comporta 80% do ensino. É público. O único. Podemos comparar com o Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, principalmente São Paulo, onde a Prefeita, que é do vosso Partido, poderia pedir ao Governo do Estado que estadualizasse várias Faculdades que hoje são particulares naquele Estado.

Só para complementar: hoje essas Universidades estaduais comportam mais de 50% de alunos e são de outros Estados, comprovadamente; vêm de outros Estados por mérito do estudo mais aprofundado de 1º e 2º graus, conseguem passar nas nossas Universidades.

O SR. ERNANI PUDELL - Só quero fazer um reparo a Vossa Excelência que, perdão, falar da educação e da administração de São Paulo, é um exemplo para o Brasil.

Os Professores da rede municipal ganham mais que os professores da rede estadual. Além disso, eu fiz faculdade em Santa Catarina. Eu acho importante que as nossas Universidades tenham...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (faz soar os tímpanos).

Está esgotado o prazo de Vossa Excelência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de

apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu fiz um pedido de esclarecimentos à Mesa, acerca da indicação dos integrantes das duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Vossa Excelência tiver um pouquinho de paciência, eu vou anunciar ao término da Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 035/91, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, que altera o artigo 1° da Lei Estadual n° 9.235, de 30.04.90 (Associação Comunitária Evangélica Canaã). Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 057/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Ação Social São Martinho de Lima, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 061/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Quatis, com sede no município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 073/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede título de cidadania benemérita do Paraná ao Senhor Pedro Muffato, desportista e empresário do município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 011/91, de autoria do Deputado Artgão Mattos Leão, que altera o memorial descritivo contido no artigo 1° da Resolução n° 151/90. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 20/91, de autoria do Deputado Élio Rüsck, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do município de Pato Bragado. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 16/91, de autoria da Comissão Executiva, que suspende por 30 (trinta) dias o mandato do Deputado José Artur Ritti, conforme o disposto no artigo 239, inciso II, combinado com o artigo 241, inciso V, do Regimento Interno. Com PARECER da C.C.J. FAVORÁVEL à apreciação em Plenário. (Publ. no DA. n° 13, de 06.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Para análise desta Comissão, o Projeto de Resolução n° 16/91, iniciativa da Comissão Executiva, que visa suspender por trinta dias o mandato do Deputado José Artur Ritti.

A presente proposição encontra-se amparada no Regimento Interno desta Casa, estando, portanto, em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido a este Parlamentar o direito de Defesa, visto que o mesmo não lhe foi assegurado na Comissão de Constituição e Justiça, sendo que esta não considerou a contento o Atestado apresentado que justifica plenamente a minha ausência, de acordo com o Artigo 241, em seu inciso 5°, o qual diz: faltar, sem motivo justificado, a 10 (dez) sessões ordinárias consecutivas ou a 45 (quarenta e cinco) intercaladas, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Como se vê tais faltas foram plenamente justificadas por motivo de saúde, conforme fez prova o Atestado Médico apresentado em tempo hábil.

Eis, que o próprio Artigo em questão não define o tempo para tal justificativa, este Parlamentar está em perfeita sintonia com o contido no Regimento Interno.

Feitas estas considerações, este Parlamentar REQUER, a sua Excelência, a oportunidade de defesa, para o que se coloca à disposição desta Mesa, caso sejam necessários maiores esclarecimentos e informações acerca de minha justificativa apresentada, bem como Requer, a devolução do Projeto de Resolução n° 016/91, à Comissão de Constituição e Justiça, para que junto a este Requerimento, o Parlamentar que o subscreve possa ser ouvido, daí exercendo o seu amplo direito de defesa, já previsto Regi-

mentalmente.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Deputado Orlando Pessuti, com apoio de vários Senhores Deputados que solicita a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 20 sessões, do Projeto de Resolução n° 16/91, pelos motivos acima expostos. Que seja acatado pela Mesa Executiva o Requerimento do Deputado José Artur Ritti, datado de 27 de março de 1991, e protocolado sob n° 2608, no qual o Parlamentar invoca o direito de defesa assegurado constitucionalmente, eis que o mesmo não foi notificado oficialmente para fazê-lo na Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento de retirada por vinte sessões do Projeto de Resolução da Comissão Executiva, que visa suspender, por trinta sessões, o Deputado José Artur Ritti, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Resolução n° 16/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 688 de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 705, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio de vários Senhores Deputados Luiz Antônio Setti, Durval Amaral e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 698, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 711, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, com apoio de vários Senhores Deputados Duílio Genari, Cleiton Kielse e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Encaminhe-se ao Senhor Presidente.

Requerimento n° 686, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Encaminhe-se conforme o requerido.

Requerimento n° 683, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 701, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 699 e 700, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 697, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio de vários Senhores Deputados Ernani Pudell, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 696, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 704, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 710, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 707, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 682, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 682-A, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 687, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 689, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 684 e 690, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 691, 692, 693, 694 e 695, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 702, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço, Dalton Machuca e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 706, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 708, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 709, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 712, de autoria do Senhor Deputado Nilton César Cervo, com apoio dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 675, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, solicitamos a leitura do teor deste Requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (Lê referido requerimento).

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - Termina de ler o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Eu consulto a Mesa, já que o Regimento não me esclarece essa dúvida, se nós poderíamos transferir a votação desse requerimento para a sessão da próxima segunda-feira, porque nós já solicitamos à Secretaria do Planejamento, que nos enviasse as informações solicitadas e caso as mesmas satisfizessem os interesses manifestados pelo Deputado Hermas Brandão e que, com certeza é o interesse deste Plenário, não seria necessário que nós procedêssemos à toda a tramitação que um pedido de informação carece.

Se Vossa Excelência entender que é possível, nós solicitamos que seja votado na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência adiou o requerimento para segunda-feira, porque solicitou à sua Bancada e aos seus liderados que se ausentassem do Plenário.

Mas, vou submeter a voto, para confirmar a habilidade de Vossa Excelência, Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

24 (vinte e quatro) Senhores Deputados.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

1 (um).

Vossa Excelência conseguiu.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Nós ouvimos muito bem ontem o pronunciamento do Deputado Colombino Grassano e hoje também desta tribuna, quando ele aborda o Regimento Interno desta Casa, e pede a compreensão quanto ao decoro Parlamentar, com que nós concordamos, e nós queríamos nesse momento, apenas deixar registrado nesta Casa, lamentamos profundamente, que o Deputado que nos citou há pouco da tribuna, não se faça presente, que nós não viemos a esta Casa, para fazer oposição por oposição ao Governo; nós estaremos nesta Casa, defendendo os interesses do Paraná, não nos curvaremos a denunciar a quem quer que seja, quando sentirmos que os interesses do Paraná estão em jogo. Nós não faremos nesta Casa, obviamente das nossas palavras as palavras que interessem a quem quer que seja, nós estamos sendo pagos pelo povo do Paraná, para defender os seus interesses, e quando o Governo do Paraná, fizer algo que atenda aos interesses deste povo e deste Estado, nós estaremos aplaudindo as decisões do Governo do Estado. E quando sentirmos que este prejuízo está acontecendo, obviamente, nós não estamos aqui sendo pagos e nem fomos eleitos por Governador e nem estamos sendo pagos por Governador para defendê-los. Mas, estamos aqui sendo pagos pelo povo, para que a nossa voz não se sinta intimidada quando tivermos que denunciar e quando tivermos que falar a verdade, mesmo que ela não interesse e não queira ser ouvida por quem quer que seja.

Lamentamos profundamente a ausência do nobre Parlamentar que usou daquela tribuna, querendo que a Oposição fale a sua linguagem, quando aqui não estamos para falar isto. Se dissemos alguma coisa que desagradou o nobre Parlamentar, cabe a ele, no mesmo espaço e usando da mesma tribuna, para que descaracterize as nossas afirmativas. Mas, nós faremos sem medo, sem receio algum, todas as denúncias que porventura forem necessárias, na defesa dos interesses do Paraná, na defesa dos interesses daqueles que nos indicaram aqui. Não faremos, para passarmos como bonitos, não faremos aqui proposta alguma que contrarie os interesses do Paraná.

Nós acreditamos que o decôro Parlamen-

tar de fato deve existir nesta Casa, porque este Regimento é bastante claro quando diz que "cada Parlamentar é livre, na expressão das suas posições", desde que não fira, obviamente, o que diz este Regimento.

E nós estaremos aqui, mais uma vez, como Partido de Oposição, para denunciar sem medo, tudo aquilo que fira esses princípios. Somaremos-nos às verdades, sem medo de apoiar a quem quer que seja, a qualquer Partido e muito menos ao Governo. Mas, não teremos vergonha. Não nos curvaremos atrás de interesses, na defesa daquilo que é totalmente escuso aos interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respondendo à questão de ordem do Deputado Ernani Pudell, a Mesa informa que infelizmente só o PT indicou a sua representação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, tendo em vista já, que inclusive o Dr. Rosinha solicitou, fez um apelo para que os líderes dos Partidos indicassem os integrantes destas Comissões e tendo em vista a omissão destas lideranças, eu requeiro a V.Exa. que neste caso, então, faça a indicação necessária para compor as duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai gestionar junto às lideranças, para que façam a indicação dos membros da Comissão.

Na Comissão de onze membros, a composição é a seguinte: PMDB: três; PRN: dois; PDT: um; PSDB: um e PT: um. O PL não faz parte da Comissão porque o Requerimento é de autoria da Bancada do PT.

E a composição de quinze membros é a mesma da C.C.J.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, permita-me apenas uma sugestão. É que fixasse um determinado prazo; um ou dois dias, para que as lideranças indicassem os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não tem poder para isso. Mas, vai gestionar e apela às lideranças dos demais Partidos, para que façam as suas indicações.

O SR. FLORISVALDO FIER (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, eu me inscrevi junto à assessoria da Mesa, para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após o anúncio da Ordem do Dia, V.Exa. falará em Explicações Pessoais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, quinta-feira, dia 11 de abril e outra Sessão Solene para sexta-feira, dia 12 de abril.

A Mesa lembra aos Senhores Deputados que na segunda-feira procederemos à votação da Mensagem Governamental n.º 105/91, que concede suplementação de verbas à Secretaria de Educação.

Com a palavra Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - (Explicações Pessoais) - Senhor Presidente.

Mesmo com o Plenário vazio, nestas explicações pessoais eu quero registrar o meu protesto em face da votação do Projeto n.º 16/91. Colocado em votação, se adiado ou não, o caso do Deputado José Ritti, somente se manifestaram para discutir o caso hoje o Deputado Colombino Grassano, Luiz Carlos Alborghetti, Waldir Rossoni, Paulo Maia, eu e Ernani Pudell, meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. deve colocar o nome do Deputado Erondy Silvério também, ele também votou contra a prorrogação.

O SR. FLORISVALDO FIER - Obrigado pelo reparo.

Portanto, como está no artigo 241, que considera-se incursão na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decêro Parlamentar, o Deputado que falta, sem motivo justificado à 10 sessões Ordinárias ou a 45 intercaladas, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, no meu entender o que se fez hoje é adiar, "sine die", para nunca mais se discutir as questões de faltas dos Parlamentares!

No nosso entender significa:- deixa estar para ver como é que fica! e vai ficar, justamente sem debater! Eu não estou defendendo aqui se o Deputado deveria ser punido ou não. Estou defendendo aqui a discussão, num dia que não se sabe quando, isso significa que acaba-se esquecendo, perde-se na memória de todo mundo. O que nós queremos dizer é que o que está acontecendo é que a população paranaense é que fica prejudicada pois é ela que está pagando Deputado para não trabalhar! Porque José Artur Ritti até hoje não trabalhou nesta Assembléia Legislativa, nem se fazendo presente em sessões e nem ao mesmo usando da palavra. Portanto, tinha que ser discutido, e ainda abusando da nossa honestidade e da nossa posição política com

brincadeirinhas, como usar carro de placa fria!

Deveria ser discutido!

O SR. Ademar Traiano: - Dr. Rosinha, permite um aparte?

O SR. FLORISVALDO FIER - Só queria consultar à Mesa, porque o Regimento Interno diz que não há apartes em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que o Deputado Traiano quer justificar que ele e o 1.º Secretário também votaram contra.

O SR. Ademar Traiano - Por questão de coerência eu gostaria de deixar muito clara a minha posição e a do 1.º Secretário, João Arruda, com relação ao Projeto de Resolução, pedindo adiamento para a suspensão do Deputado Ritti. Nossa posição realmente é a posição da Mesa, permanecemos dentro daquele espírito que estabelece o Regimento Interno da Casa, portanto mantemos a nossa posição com total firmeza.

O SR. FLORISVALDO FIER - É que no momento que nós levantamos eu pequi não olhando para a Mesa, observando que o Deputado Grassano, Luiz Carlos Alborghetti, Waldir Rossoni, Paulo Maia, Ovidio, Ernani e eu nos manifestamos, levantando, favoráveis que o caso fosse discutido hoje, sem adiamento. É lógico a posição da Mesa que já foi corrigido pelo Senhor Secretário e pelo Senhor Presidente, que eram favoráveis a discussão hoje.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas um aparte. Aproveitando a ocasião e lançando um apelo à Mesa da Assembléia. Nós fizemos inclusive duas emendas neste Projeto de Resolução, no sentido da instalação definitiva do funcionamento do painel eletrônico, e também fosse publicado, no Diário da Assembléia, a relação dos faltosos.

Eu até quero elogiar a atitude da Mesa quando ela busca preservar a dignidade desta Casa, buscar punir os Deputados faltosos, aqueles que acabam por denegrir a imagem de todos nós, e nesse sentido quero pedir o empenho da Mesa da Assembléia para que tome as duas providências.

Até tenho ouvido muito nos corredores de que esta punição seria uma represália. Não quero crer que assim o seja. E tenho certeza que, tomando-se estas providências, a instalação definitiva do painel e a publicação dos faltosos, aí sim teremos a punição de todos os Deputados que feriram o Regimento Interno desta Casa.

Obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A punição que V.Exa. fala que ouve nos corredores, não houve e nem podia haver. A Mesa podia suspender, pura e simplesmente, porque o Regimento Interno permite a suspensão. Mas é uma matéria importante, é a primeira vez que se adota isto nesta Casa e a Mesa resolveu também ouvir o Plenário.

Quanto à questão de ordem de V.Exa. o "Diário da Assembléia" já publica a presença e a ausência dos Senhores Deputados.

A respeito do painel eletrônico talvez esta semana já o tenhamos aqui instalado, porque a firma gaúcha está mudando o nome para a nova composição da Assembléia.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero parabenizar a Mesa pelas providências tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 11, às 15:00 horas, de outorga de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro Alexandre Fontana Beltrão.

Marca ainda, uma Sessão Solene, para sexta-feira, dia 12, às 16:00 horas, de outorga de Título de Cidadania Benemérita do Paraná ao Senhor Ozeil Moura dos Santos.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 22, 62, 65, 83 e 105/91. e dos Projetos de Resolução n.ºs 17 e 23/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI E OVIDIO CONSTANTINO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1991.

Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais

Honramos cumprimentá-lo. Vimos através desta, encaminhar reivindicações dos pequenos produtores cujas propriedades foram duramente atingidas pela seca.

Sabemos que a maior parte dos problemas aqui relatados vão depender do governo federal, mas contamos com vosso apoio para a solução daqueles que dependem unicamente do Estado e de vossa disposição para nos ajudar junto ao governo federal.

Da inadimplência dos produtores rurais, o desemprego, e até mesmo a fome e a



sede, este é o quadro que se estende por algumas regiões do Paraná. A situação em alguns municípios, é gravíssima como pode ser contado pelos relatórios que chegam a Vossa Excelência.

A maioria dos municípios atingidos se constituem de pequenos proprietários rurais, minifúndios, onde o problema da seca inviabilizou completamente a produção mesmo de subsistência. Vindo já de safras anteriores frustradas, fizeram suas plantações sem os insumos necessários e até sem financiamentos, contando na maioria, com o sistema de troca-troca ou com insumos e sementes adiantados por Cooperativas e outros órgãos de assistência ao produtor ou comércio local, não tendo agora como pagar esses adiantamentos.

A frustração de safras estimadas e apuradas pelos Órgãos de Assistência Técnica do Estado e entidades de classe, alcançam a mais de 30% para o soja, milho, feijão, arroz e algodão com prejuízo acima de cem bilhões de cruzeiros. A produção leiteira perdeu 50% de sua capacidade pela falta de pastos e alimentos para o gado leiteiro. Muitos aviários foram fechados por falta de água. Em muitas propriedades a perda foi quase total.

Neste quadro de calamidade e desespero em que milhares de produtores se encontram, o fórum de entidades representativas dos Pequenos produtores além dos Prefeitos e Deputados conscientes de que somente com vosso apoio poderão amenizar esta situação, buscam a solução como passamos a expor:

1 - Programa Paraná Rural: Prorrogação do pagamento das dívidas a todos os pequenos produtores atendidos por este programa, por dois anos de carência;

2 - Crédito Rural do Banestado: Prorrogação das dívidas a todos os pequenos produtores atendidos pelo Crédito Rural do Banestado, por dois anos com um ano de carência;

3 - Antecipação dos Investimentos dos programas Panela Cheia e Bom Emprego prioritariamente nas áreas atingidas pela seca. Deste programa, solicitamos: Crédito de Custeio do Banestado exclusivamente para Pequenos Agricultores a ser pago em produto;

O Sistema troca-troca a ser desenvolvido pelo Estado, deve ser pago sempre no critério de um por um;

Crédito de Investimento prioritariamente para grupos organizados através de Associações e pequenas Cooperativas;

Para todos os Programas de Saúde, Previdência e Agricultura do Estado a priorização e destinação destes recursos sejam decididos por um Conselho Municipal, Regional e Estadual em que a presença das entidades representativas dos pequenos

produtores tenham assento igualitário (STRs, Associações, FETAEP, DETRC e pequenas Cooperativas);

4 - Que os armazéns e toda a infraestrutura de beneficiamento e transporte da COPASA, CLASPAR e CAFÉ DO PARANÁ sejam colocadas exclusivamente a pequenos e mini Produtores e suas entidades de representação;

5 - Que o Governo da Secretaria de Agricultura forneça calcário subsidiado por pagamento em base de troca, com três anos de carência para pequeno e mini agricultor;

Que todos os produtores homens e mulheres possam ter acesso ao Bloco de Produtor Rural ficando a critério de cada um deles optar bloco individual ou conjunto, de modo que ambos possam comprovar que são trabalhadores e contribuintes para a previdência;

Liberção do bloco produtor rural para associações de produção coletiva em nome da associação;

6 - Que a Assistência Técnica atenda os pequenos e mini produtores, priorizando aqueles organizados em associações e os localizados nas comunidades mais carentes;

7 - Que a pesquisa se integre as regiões do Estado e priorize seus estudos nas culturas básicas dos pequenos produtores. Exemplo: feijão: centro e sudoeste do Paraná.

8 - Que a Secretaria de Saúde do Estado, assessore e ajude garantir a participação da sociedade organizada na discussão e criação dos Conselhos de Saúde;

9 - Ampliação dos postos de Saúde para as áreas mais carentes, assentamentos e garantia de atendimento médico e odontológico de boa qualidade a todos;

10 - Apoio do governo Estadual às reivindicações dos trabalhadores a nível federal, bem como da aprovação da Legislação Complementar a Constituição Federal, dos benefícios concedidos aos trabalhadores e sua real implantação (Saúde e Previdência, Lei Agrícola e Agrária);

11 - Que o Governo Estadual aceite as reivindicações do Movimento S.O.S. IAPAR;

A situação dos assalariados rurais no nosso Estado também é precária. Hoje são 189.000 assalariados permanentes e 360.000 temporários, que são atingidos diretamente pela seca. Por isso reivindicamos:

1 - Distribuição gratuita de cesta básica para todas as famílias assalariadas rurais atingidas pela seca;

2 Aplicação das verbas de Assistência Social em obras sociais; Organizar hortas e roças comunitárias gerenciadas pelos assalariados, garantindo a produção de alimentos básicos e instalação e organização de creches no local de moradia para os filhos dos assalariados rurais.